A REVISTA DO PORTAL IDEA

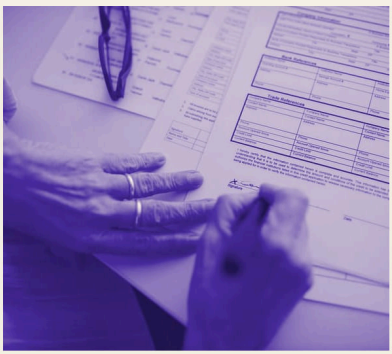
NOVEMBRO DE 2026

Zine IDEA

IMPRESSO Nº 01

cursos, profissões e o que se aprende pelo caminho













NESTA EDIÇÃO

ADMINISTRAÇÃO

Estágio probatório: como funciona a avaliação do servidor federal, ciclo a ciclo

ADMINISTRAÇÃO

Como fazer um ofício no padrão oficial, com exemplo

CIÊNCIAS

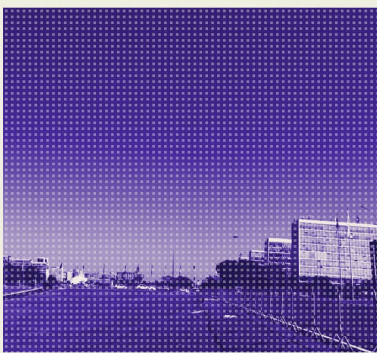
Método Wolbachia: o que a ciência mostra contra a dengue

CONHECIMENTOS GERAIS

Edital verticalizado: como montar o seu a partir do edital oficial

e mais 17 matérias





Sumário

IMPRESSO Nº 01
NOVEMBRO DE 2026

ESCREVEM NESTA EDIÇÃO *Pablo Murad e Soraya Murad*

01 · ADMINISTRAÇÃO

01 Estágio probatório: como funciona a avaliação do servidor federal, ciclo a ciclo Pablo Murad 4
02 Como fazer um ofício no padrão oficial, com exemplo Pablo Murad 9

02 · CIÊNCIAS

03 Método Wolbachia: o que a ciência mostra contra a dengue Pablo Murad 15

03 · CONHECIMENTOS GERAIS

04 Edital verticalizado: como montar o seu a partir do edital oficial Pablo Murad 21

04 · EDUCAÇÃO

05 Lei do estágio: o que conferir no termo de compromisso antes de assinar Pablo Murad 27
06 Certificado do Encceja: quem emite, notas e como pedir Pablo Murad 32
07 Curso livre: "reconhecido pelo MEC" é a pergunta errada Soraya Murad 37
08 Analfabetismo funcional: o número que não sai do lugar Soraya Murad 42
09 Semipresencial: o que é e o que perguntar antes da matrícula Soraya Murad 46

05 · INDÚSTRIA E CONSTRUÇÃO

10 Técnico em segurança do trabalho: quando a empresa é obrigada a ter um Pablo Murad 52
11 NR-35: o que muda no treinamento de trabalho em altura Pablo Murad 57

06 · PROFISSÕES

12 Jovem aprendiz em 2026: idade, salário por hora, jornada e direitos Pablo Murad 63
13 Curso de vigilante: requisitos e regras do novo estatuto Pablo Murad 67

07 · SAÚDE

14 Técnico de enfermagem em concurso: o que os editais pedem além do diploma Pablo Murad 73
15 Agente comunitário de saúde: requisitos, salário e como entrar Pablo Murad 78

08 · TECNOLOGIA

16 Informática para concurso: o que os editais de 2026 cobram de verdade Pablo Murad 84
17 LGPD no processo seletivo: o que a empresa pode pedir Pablo Murad 88
18 Linux Mint: o que é, por que vale a pena e curiosidades Pablo Murad 93
19 Permacomputing: a computação que aprende com o jardim Pablo Murad 98
20 Wikipedia offline: guia das coleções do portalidea.wiki Pablo Murad 106

OUTRAS

21 Transição de carreira: o que levar e o que deixar para trás Pablo Murad 112



EDITORIA

01

Administração

Gestão, finanças e pessoas: o trabalho que faz uma empresa andar.



Estágio probatório: como funciona a avaliação do servidor federal, ciclo a ciclo

36 meses, três ciclos, notas da chefia, dos colegas e do próprio servidor, média 80 e programa da Enap: as regras do Decreto 12.374/2025 em uma linha do tempo.

Foto: Foto: Senado Federal (CC BY 2.0), via Wikimedia Commons

POR PABLO MURAD

12 DE NOVEMBRO DE 2026

Estágio probatório é o período de avaliação que o servidor nomeado em concurso cumpre antes de ganhar estabilidade. No serviço público federal ele dura 36 meses, contados do primeiro dia de exercício, e tem regras novas: o Decreto 12.374/2025 dividiu a avaliação em três ciclos, deu notas separadas para chefia, colegas e o próprio servidor, exigiu média de 80 pontos e criou um programa obrigatório da Enap. As regras valem para quem foi nomeado depois de 7 de fevereiro de 2025, data da publicação.

Antes de seguir, um aviso de alcance. Este texto trata dos órgãos federais do Sipec, regidos pela Lei 8.112/1990. Estados e municípios têm estatutos próprios, com fatores, comissões e prazos que podem ser bem diferentes. O que vale para todos é o artigo 41 da Constituição: estabilidade depois de três anos de efetivo exercício e avaliação especial de desempenho por comissão criada para isso.

Por que 36 meses, se a Lei 8.112 fala em 24?

O artigo 20 da Lei 8.112 ainda traz "24 (vinte e quatro) meses" no texto. A Emenda Constitucional 19, de 1998, elevou para três anos o prazo da estabilidade no artigo 41 da Constituição, e o decreto de 2025 fixou o estágio federal em 36 meses. O decreto também proíbe aproveitar tempo de outro cargo, mesmo com o mesmo nome e em outro órgão: quem troca de cargo por novo concurso começa a contagem do zero.

A linha do tempo do servidor federal

Primeiro dia de exercício. A contagem começa aqui, e não na posse. A partir desse dia a chefia imediata tem deveres definidos no artigo 11 do decreto: receber e orientar, acompanhar o desempenho, dar retorno contínuo, apontar o que o servidor precisa desenvolver e combinar entregas e resultados esperados.

Mês 12: primeiro ciclo. Os cinco fatores avaliados vêm da Lei 8.112: assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade. A nota do ciclo vai até 100 pontos e combina três olhares:

Quem avalia	Com avaliação por pares	Sem avaliação por pares
Chefia imediata	60%	72,5%
Pares da equipe	25%	não há
O próprio servidor	15%	27,5%

A avaliação por pares só acontece se houver pelo menos três colegas estáveis com mais de seis meses na mesma equipe.

Mês 24: segundo ciclo. Mesmos fatores, mesma fórmula.

Mês 30: prazo do programa da Enap. O servidor precisa concluir o programa de desenvolvimento inicial, oferecido pela Enap, com conteúdos de organização da administração federal, integridade e ética, Estado Democrático de Direito, políticas públicas, letramento digital e gestão do conhecimento e da comunicação. O Decreto 12.967/2026 fixou o prazo em 30 meses a contar do início do estágio e incluiu temas de igualdade de gênero, enfrentamento da violência contra as mulheres e direitos humanos. As atividades são feitas durante a jornada e contam como serviço, combinadas com a chefia.

Mês 32: terceiro ciclo. É o último. A comissão de avaliação especial consolida os três resultados.

Mês 36: fim do estágio. A homologação do resultado precisa ser publicada no Diário Oficial da União em até 20 dias, e só ela garante a estabilidade.

A conta que decide

Para ser aprovado, o servidor precisa de média igual ou superior a 80 nos três ciclos e do certificado do programa da Enap. Faltando qualquer um dos dois, não passa.

A tabela de pesos explica onde mora o risco. Imagine um ciclo em que a chefia dá 70, os colegas dão 90 e o servidor se dá 100. A conta fica 0,60 × 70 + 0,25 × 90 + 0,15 × 100, ou 79,5 pontos. Abaixo de 80, com nota máxima na autoavaliação. A chefia pesa 60%, e por isso o diálogo com ela ao longo do ano vale mais do que capricho no formulário.

Como a aprovação é pela média, um ciclo fraco pode ser compensado pelos outros dois. Isso não é motivo para relaxar, porque o prazo para contestar é curto.

Se a nota vier injusta

O decreto dá dois degraus, com prazos que correm rápido:

1. **Pedido de reconsideração.** É dirigido à chefia (e aos pares, quando houver), com justificativa, em até **5 dias úteis** a partir da ciência do resultado. Quem avaliou tem 30 dias para responder.
2. **Recurso à comissão de avaliação especial.** O prazo é de **30 dias** depois da resposta. A comissão decide em 30 dias, por parecer conclusivo, e dessa decisão não cabe outro recurso administrativo.

Na prática, o que sustenta um pedido são registros: entregas combinadas, mensagens com retorno da chefia, metas cumpridas. Guardar isso desde o primeiro mês sai mais barato do que reconstruir tudo em cinco dias úteis. Escrever o pedido com clareza também ajuda, e o curso de redação oficial

do Portal IDEA trata do formato dos documentos que circulam na administração.

O que muda durante o estágio

Algumas coisas ficam limitadas enquanto a estabilidade não vem. A licença para tratar de interesses particulares não pode ser concedida a quem está em estágio probatório (art. 91 da Lei 8.112). Certas licenças e afastamentos, como a licença por motivo de doença em pessoa da família, suspendem a contagem (art. 20, § 5º). A cessão para outro órgão só é possível nas hipóteses do art. 20, § 3º, da mesma lei ou de legislação específica.

O conteúdo do programa da Enap conversa com o que o servidor já estudou para a prova. Quem quiser chegar com a base revisada pode rever princípios e atos administrativos no curso de introdução ao direito administrativo e a parte de integridade no de ética no serviço público, ambos gratuitos.

Perguntas frequentes

O estágio probatório é de 24 ou 36 meses?
Para servidores federais, 36 meses, contados do início do exercício. O número 24 ainda aparece no texto do art. 20 da Lei 8.112, mas a Constituição exige três anos para a estabilidade desde 1998. Em estados e municípios, vale o estatuto local, que também precisa respeitar os três anos da Constituição.

O que reprova no estágio probatório?
No modelo federal, média abaixo de 80 pontos nos três ciclos ou falta do certificado do programa de desenvolvimento inicial da Enap. Infrações disciplinares são tratadas à parte, em processo próprio.

O que acontece se o servidor não for aprovado?
Ele é exonerado. Se já era estável em outro cargo federal, é reconduzido ao cargo anterior, como prevê o art. 20, § 2º, da Lei 8.112.

Servidor em estágio probatório pode ser demitido?
A reprovação na avaliação leva à exoneração, que não é punição. Demissão é penalidade por infração disciplinar, aplicada depois de processo administrativo com direito de defesa, e pode atingir servidor em estágio ou estável.

O salário aumenta depois do estágio probatório?
A estabilidade, por si só, não muda a remuneração. Progressões e promoções dependem da lei de cada carreira, e é nela que o servidor encontra a regra que vale para ele.

O estágio probatório costuma ser visto como uma prova que o servidor faz sozinho. O decreto de 2025 deixou por escrito que a chefia e a unidade de gestão de pessoas também têm tarefas nesses três anos, e o servidor tem o direito de cobrá-las. ■

Leia no site: zine.portalidea.com.br/estagio-probatorio



Como fazer um ofício no padrão oficial, com exemplo

Cabeçalho, assunto em negrito, texto direto e só dois fechos possíveis. O padrão ofício do Manual de Redação, as regras de tratamento e um exemplo comentado.

Foto: Foto: Kampus Production, via Pexels

POR PABLO MURAD 13 DE NOVEMBRO DE 2026

Para fazer um ofício no padrão oficial, siga a estrutura do Manual de Redação da Presidência da República: cabeçalho, identificação com número e ano, local e data, endereçamento, assunto em negrito, vocativo, texto, fecho e assinatura. O texto vai direto ao ponto, em fonte Calibri 12, e termina com um de apenas dois fechos: “Respeitosamente”, para autoridade de hierarquia superior, ou “Atenciosamente”, para os demais casos. Desde a terceira edição do manual, de 2018, ofício, memorando e aviso viraram um documento só, o chamado padrão ofício.

Quem trabalha em prefeitura, escola, câmara ou órgão federal escreve ofício quase toda semana. E muita gente ainda copia modelos antigos, com “Ilustríssimo Senhor” e “Tenho a honra de”, que o padrão atual deixou para trás.

O que é o padrão ofício

O ofício é a correspondência oficial que autoridades públicas usam para tratar de assuntos de serviço entre si ou com particulares. Antes, o memorando era a comunicação interna e o aviso era o ofício entre ministros. O manual acabou com a distinção: os três passaram a se chamar ofício e a seguir a mesma diagramação.

O Manual de Redação da Presidência da República é a referência para o Poder Executivo federal, e muitos órgãos adotam guias próprios baseados nele, como o guia de padronização da ANP. Estados, municípios e outros Poderes podem ter manuais próprios. Antes de escrever, vale conferir se o seu órgão segue algum.

As partes do ofício, na ordem

1. **Cabeçalho**: brasão e nome do órgão, só na primeira página, centralizado.
2. **Identificação**: tipo do documento em maiúsculas, “Nº”, número, ano com quatro dígitos e sigla do setor. Ex.: OFÍCIO Nº 45/2026/SEMED.
3. **Local e data**: alinhados à direita, com o mês em minúscula e ponto-final. Ex.: Campinas, 13 de novembro de 2026.
4. **Endereçamento**: pronome de tratamento (quando cabível), nome, cargo, órgão e endereço.
5. **Assunto**: a palavra “Assunto:” seguida de um resumo curto, tudo em negrito, com ponto-final.
6. **Vocativo**: “Senhor Diretor,” ou “Senhora Secretária,”, seguido de vírgula.
7. **Texto**: introdução, desenvolvimento e conclusão.
8. **Fecho**: Respeitosamente ou Atenciosamente.
9. **Assinatura**: nome e cargo de quem assina, centralizados.

Formatação: as medidas do manual

Elemento	Padrão
Fonte	Calibri, 12 pontos no texto, 11 em citações recuadas, 10 em notas de rodapé
Espaçamento	simples entre linhas e 6 pontos depois de cada parágrafo
Recuo do parágrafo	2,5 cm da margem esquerda
Margens	esquerda de no mínimo 3 cm, direita de 1,5 cm, superior e inferior de 2 cm
Numeração de parágrafos	só quando houver três ou mais; vocativo e fecho não são numerados
Numeração de páginas	obrigatória a partir da segunda, centralizada no rodapé
Destaques	negrito, sem abuso; evitar sublinhado, itálico e caixa-alta para destacar

O que mudou nos pronomes de tratamento

Na esfera federal, a mudança veio por decreto. O Decreto 9.758/2019 estabelece que o único pronome de tratamento na comunicação com agentes públicos federais é “senhor”, flexionado para “senhora” e para o plural, qualquer que seja o cargo. O artigo 3º proíbe, mesmo abreviadas, as formas Vossa Excelência ou Excelentíssimo, Vossa Senhoria, Vossa Magnificência, doutor, ilustre ou ilustríssimo, digno ou digníssimo e respeitável.

O decreto tem exceções. Não se aplica à comunicação com autoridades estrangeiras nem com Judiciário, Legislativo, Tribunais de Contas, Defensoria, Ministério Público ou outros entes federativos quando a outra parte exigir tratamento especial com base em norma própria. Também prevê que o endereçamento a agentes federais leve só cargo e setor, sem pronome nem nome, salvo quando isso não bastar para identificar o destinatário ou quando a carta for para uma pessoa específica.

Um detalhe que protege o cidadão: o § 2º do artigo 3º proíbe negar um ato administrativo ou repreender alguém por ter errado a forma de tratamento.

Exemplo de ofício pronto

OFÍCIO Nº 45/2026/SEMED
Campinas, 13 de novembro de 2026.
Ao Senhor Secretário Municipal de Mobilidade Urbana
Prefeitura Municipal de Campinas
Assunto: Faixa de pedestres em frente à escola municipal.
Senhor Secretário,

1. *Solicito a implantação de faixa de pedestres e sinalização de área escolar na Rua das Acácias, em frente à Escola Municipal Jardim Primavera.*
2. *A escola atende 640 alunos nos turnos da manhã e da tarde, e a maior parte chega a pé. Hoje não há faixa no trecho, e a travessia ocorre entre carros estacionados.*
3. *Encaminho, em anexo, o croqui do trecho e o abaixo-assinado do conselho escolar, e coloco a equipe da Secretaria à disposição para a visita técnica.*

Atenciosamente,
MARIA DA SILVA
Secretária Municipal de Educação

Os nomes, números e endereços são ilustrativos. Repare em quatro escolhas: a introdução já diz o que se pede (“Solicito”), cada parágrafo trata de uma ideia, os parágrafos são numerados porque são três, e o fecho é “Atenciosamente” porque o ofício vai de uma secretária para um secretário de mesma hierarquia. Se o destinatário fosse o prefeito, o fecho seria “Respeitosamente”.

Na opinião do Zine

O manual atual é mais fácil de seguir que a tradição que ele substituiu. Frases como “Tenho a honra de”, “Tenho o prazer de” e “Cumpre-me informar que” ocupam a primeira linha sem dizer nada. O manual recomenda a forma direta: Informo, Solicito, Comunico. Quem escreve ofício para conseguir alguma coisa ganha com isso, porque o leitor entende o pedido na primeira frase.

A outra lição é que ofício bom é ofício curto. Quando o assunto exige muitas páginas, o melhor caminho costuma ser um ofício breve encaminhando um relatório ou parecer em anexo. É o mesmo raciocínio de quem prepara um

recurso no serviço público, como o pedido de reconsideração no estágio probatório.

Para praticar

O curso de redação oficial do Portal IDEA trata das normas e dos tipos de documento, e o de redação empresarial ajuda quem escreve para o setor privado. Para organizar o que sai e o que chega, o de controle de arquivos e documentos cobre protocolo e arquivamento. Redação oficial cai em muitas provas de nível médio, e os editais abertos aparecem no radar de concursos do Zine.

Perguntas frequentes

Qual a diferença entre ofício e memorando?
No padrão atual do Manual de Redação da Presidência da República, nenhuma. Memorando, aviso e ofício foram unificados no padrão ofício. Alguns estados e municípios ainda usam o termo memorando em manuais próprios.

Como terminar um ofício?
Com "Respeitosamente", para autoridades de hierarquia superior, ou "Atenciosamente", para autoridades de mesma hierarquia, de hierarquia inferior e demais casos. São os dois únicos fechos previstos.

Ainda se usa Vossa Senhoria e Ilustríssimo?
Na comunicação com agentes públicos federais, não. O Decreto 9.758/2019 adota apenas "senhor" e proíbe essas formas, com exceções para outros Poderes e entes que exijam tratamento especial. Fora da esfera federal, confira o manual do seu órgão.

Precisa numerar os parágrafos do ofício?
Só quando o texto tiver três ou mais parágrafos. Vocativo e fecho nunca são numerados.

Qual fonte usar no ofício?
O padrão do manual é Calibri, tamanho 12 no corpo do texto, 11 nas citações recuadas e 10 nas notas de rodapé.

Um ofício bem escrito cabe na leitura de um minuto, e é isso que faz alguém responder no mesmo dia. ■

Leia no site: zine.portalidea.com.br/como-fazer-um-oficio



EDITORIA

02

Ciências

Da célula à sociedade, perguntas que movem quem gosta de entender.



Método Wolbachia: o que a ciência mostra contra a dengue

Os wolbitos não matam o Aedes: carregam uma bactéria que bloqueia o vírus. Os números dos estudos, as regras do Ministério da Saúde e o que muda no bairro.

Foto: Foto: Apurv013 (CC0), via Wikimedia Commons

POR PABLO MURAD

13 DE NOVEMBRO DE 2026

O método Wolbachia usa o próprio *Aedes aegypti* contra a dengue. Em vez de matar o mosquito, a estratégia solta exemplares que carregam a bactéria *Wolbachia*, comum em insetos, e que por isso têm dificuldade de transmitir os vírus da dengue, da zika e da chikungunya. Os mosquitos soltos cruzam com os da cidade e passam a bactéria para as gerações seguintes, até que a população local seja substituída. Em novembro de 2026, segundo a Agência Fiocruz, o método estava em 16 cidades brasileiras, cobrindo mais de 8 milhões de pessoas, e dezenas de outros municípios indicados pelo Ministério da Saúde estavam em implantação.

A pergunta que interessa ao leitor é simples: funciona? A resposta curta é sim, com uma ressalva sobre o tamanho do efeito. E essa ressalva ensina bastante sobre como ler um número científico.

Como a bactéria bloqueia o vírus

Dentro do mosquito, a *Wolbachia* atrapalha o desenvolvimento dos vírus. Um *Aedes* com a bactéria que pica uma pessoa doente tem muito menos chance de passar o vírus adiante na picada seguinte. A Fiocruz descreve a bactéria como presente naturalmente em mais da metade dos insetos e afirma que o método não usa produtos químicos nem altera geneticamente o mosquito.

O truque que faz a bactéria se espalhar sozinha tem nome: incompatibilidade citoplasmática. A fêmea com *Wolbachia* transmite a bactéria aos filhotes pelos ovos. Quando um macho com a bactéria cruza com uma fêmea sem ela, os ovos não vingam. Na conta das gerações, isso favorece os mosquitos com *Wolbachia*, como explica o estudo de Niterói citado abaixo. Por isso o método não precisa de soltura eterna: depois de estabelecida, a bactéria tende a se manter. A Fiocruz informa que, oito anos depois das primeiras liberações, os mosquitos seguem com a bactéria de forma estável.

O que os estudos mostram, e por que os números variam

Há três números circulando, e os três estão certos dentro do que medem.

Onde	Tipo de estudo	Resultado contra a dengue
Yogyakarta, Indonésia	ensaio randomizado por bairros	77,1% de eficácia contra dengue confirmada em laboratório; 86,2% contra internação
Niterói (RJ), 2017 a 2020	quase-experimental, com área-controle	redução de 69% na incidência de casos notificados
Niterói, comunicação oficial de 2026	balanço da Fiocruz	redução de “até 89%”

O primeiro número vem do ensaio publicado por Utarini e colegas no New England Journal of Medicine, em 2021. Os bairros foram sorteados para receber ou não os mosquitos, o desenho mais forte que existe para responder se uma intervenção causa o efeito.

O segundo vem do estudo de Pinto e colegas na PLOS Neglected Tropical Diseases, também de 2021. Niterói foi dividida em quatro zonas de soltura e uma zona-controle sem mosquitos, comparadas mês a mês com dez anos de histórico. A redução foi de 69% para dengue (intervalo de confiança de 54% a 79%), de 56% para chikungunya e de 37% para zika. Os próprios autores apontam o limite: sem sorteio, outros fatores podem ter pesado na diferença entre as áreas. A presença da bactéria também variou muito, de 33% a 90% dos mosquitos capturados, conforme a zona. Na zona em que ela se estabeleceu mais rápido, o efeito chegou a 77%, comparável ao da Indonésia.

O terceiro número, os 89% de redução "de até", aparece na comunicação da Fiocruz sobre a cidade inteira coberta. É um balanço institucional, sem o detalhamento de método de um artigo revisado por pares.

A leitura do Zine: o resultado mais sólido é o de 77% do ensaio randomizado, e o de 69% em Niterói mostra que o método também funciona numa cidade brasileira grande, com morro, prédio e área de difícil acesso. O "até 89%" é um teto, não a média esperada. Quem vende o método como fim da dengue exagera; quem o descarta como modismo ignora um ensaio randomizado publicado numa das revistas médicas mais exigentes do mundo.

Como a cidade entra no programa

Depois de dez anos de pesquisa no Brasil, o método virou parte da política pública de controle de arboviroses. A Nota Informativa nº 14/2025 do Ministério da Saúde explica a escolha: para o biênio 2025/2026 entraram municípios com mais de 50 mil habitantes e histórico de alta transmissão nos últimos 20 anos, com peso dobrado para o período de 2022 a 2025. Foram listados 54 municípios. Só os de 2026 somam 7,2 milhões de habitantes nas áreas atendidas.

A mesma nota lista o que a prefeitura precisa ter antes da primeira soltura: aceite do gestor, mapa de risco por área e monitoramento com ovitrampas (armadilhas que recolhem ovos de *Aedes*), de preferência com pelo menos três meses de dados. E diz com todas as letras que a *Wolbachia* é estratégia complementar, integrada às outras ações de controle.

A produção ganhou escala em julho de 2025, quando o Ministério da Saúde inaugurou em Curitiba a biofábrica da Wolbito do Brasil, com capacidade de 100 milhões de ovos por semana. Os mosquitos soltos ganharam o apelido de wolbitos.

O que acontece no bairro

O roteiro descrito pela Fiocruz para Cascavel (PR), em outubro de 2026, dá uma ideia do trabalho. São 26 semanas de soltura gradual, com liberações semanais, em 17 bairros. A cidade usa 6.073 dispositivos de liberação de ovos: recipientes que recebem cápsulas com ovos e ração e, em contato com a água, viram berçário de mosquitos no próprio ponto de soltura. Antes disso, há ações em escolas, unidades de saúde e associações de moradores, porque a aceitação da comunidade conta.

Depois, entra a parte menos vistosa e decisiva: medir. As ovitrampas mostram quanto da população de *Aedes* já carrega a bactéria. É trabalho de campo, feito em boa parte por agentes de combate às endemias, profissão que tem requisitos e piso definidos em lei, como o Zine explica na matéria sobre o agente comunitário de saúde.

Para quem quer entender o mosquito antes de entender o método, o curso de entomologia básica do Portal IDEA trata da biologia dos insetos. O de arboviroses cobre as doenças, e o de introdução ao controle de endemias mostra onde a *Wolbachia* se encaixa no conjunto de ações.

O que a Wolbachia não faz

Ela não elimina o mosquito. O *Aedes* com a bactéria continua picando, e a picada incomoda do mesmo jeito. O ganho está no vírus, que tem mais dificuldade de passar adiante.

Ela também não dispensa a caixa d'água tampada e o pratinho de vaso seco. A nota do ministério trata o método como complemento, e o estudo de Niterói lembra que a bactéria se estabeleceu de forma desigual pela cidade. Calor extremo nos criadouros é uma das hipóteses que os autores levantam para essa desigualdade, sem conclusão.

Perguntas frequentes

O mosquito com Wolbachia é transgênico?

Não. A Fiocruz informa que o método não altera geneticamente o mosquito. A bactéria é introduzida no *Aedes aegypti* e passa da fêmea para os filhotes pelos ovos.

A Wolbachia faz mal para as pessoas?

A Fiocruz afirma que a tecnologia é segura e aprovada pela Anvisa. No estudo de Niterói, a soltura teve autorização da Anvisa, do Ministério da Agricultura e do Ibama, além de aprovação ética nacional.

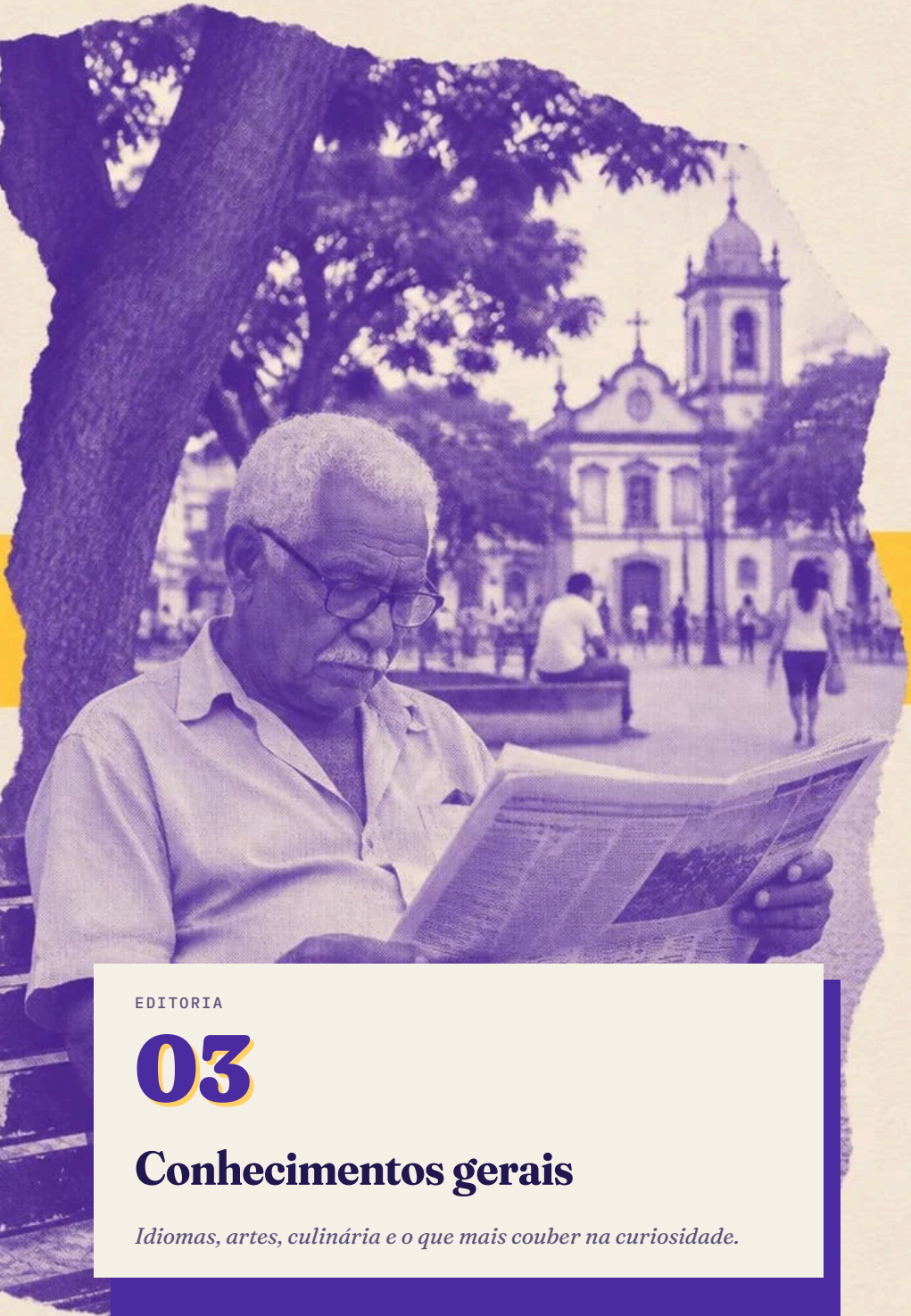
O método Wolbachia acaba com a dengue?
Não acaba. Reduz bastante a transmissão: 77% no ensaio randomizado da Indonésia e 69% no estudo de Niterói. Casos continuam a ocorrer, e as outras medidas de controle continuam valendo.

Como saber se a minha cidade vai receber os wolbitos?
A lista de municípios escolhidos para 2025 e 2026 está no anexo da Nota Informativa nº 14/2025 do Ministério da Saúde. A implantação depende ainda de adesão e preparação da prefeitura, então a secretaria municipal de saúde é quem informa o calendário.

Quanto tempo leva para funcionar?
As cidades do Paraná que começaram em outubro de 2026 programaram 26 semanas de soltura. O efeito depende de quanto a bactéria se espalha na população de mosquitos, medido depois com armadilhas. Em Niterói, a avaliação usou até três anos de dados após as primeiras solturas.

A *Wolbachia* é rara entre as novidades de saúde pública porque chega com ensaio randomizado, estudo brasileiro e indústria nacional ao mesmo tempo. O desafio daqui em diante é de execução: monitorar direito, explicar ao morador e não confundir um bom complemento com a solução inteira. ■

Leia no site: zine.portalidea.com.br/metodo-wolbachia

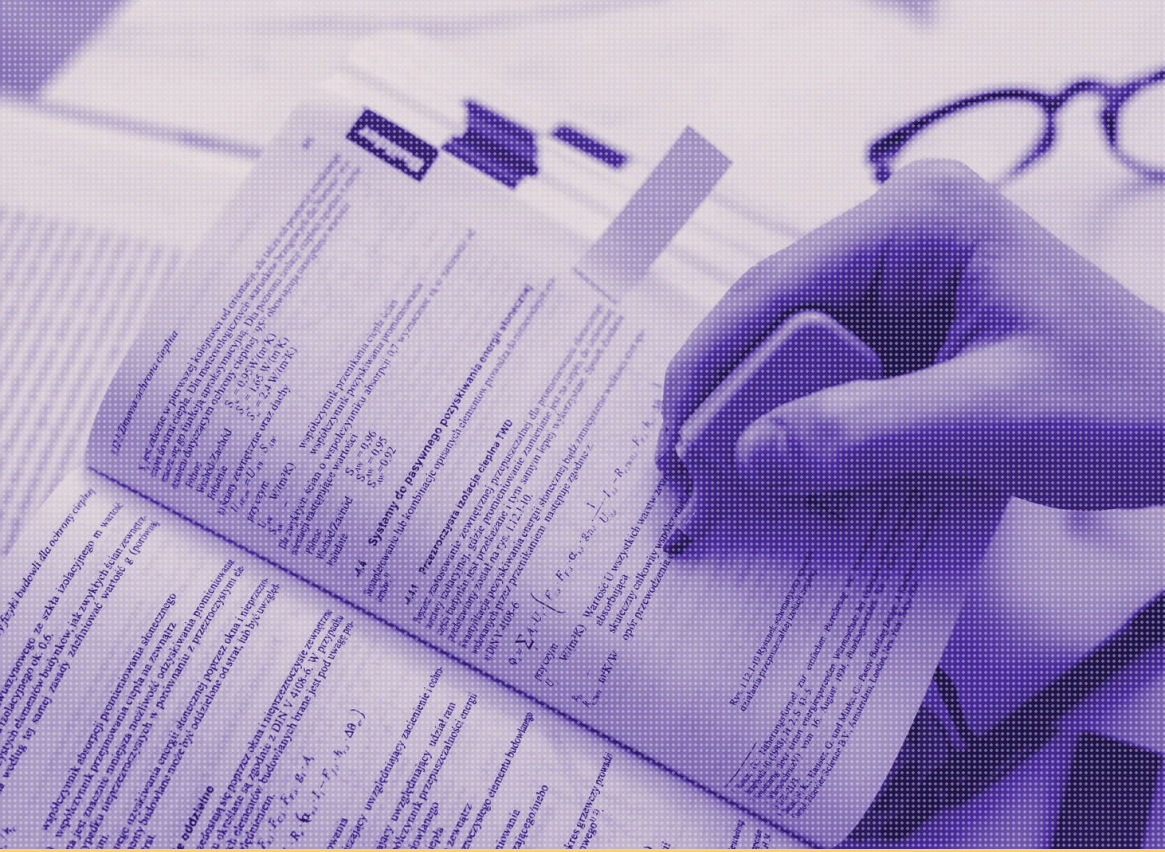


EDITORIA

03

Conhecimentos gerais

Idiomas, artes, culinária e o que mais couber na curiosidade.



Edital verticalizado: como montar o seu a partir do edital oficial

O que é edital verticalizado e como montar o seu, usando o edital da PMMA 2026 como exemplo: forma de correção, notas mínimas, retificações e as colunas que ajudam de verdade.

Foto: Foto: Kaboompics / Pexels

POR PABLO MURAD

12 DE NOVEMBRO DE 2026

Edital verticalizado é o conteúdo programático do concurso reescrito como lista de checagem: cada assunto vira uma linha, e cada linha ganha colunas para marcar teoria lida, questões feitas e revisões. Dá para baixar um pronto em minutos. Montar o seu leva uma tarde, e essa tarde costuma ser a primeira leitura séria do edital, que é onde muita reprovação começa.

O exemplo desta matéria é o edital do concurso de soldado da Polícia Militar do Maranhão de 2026, organizado pelo Cebraspe. Ele mostra bem por que o verticalizado precisa sair do documento oficial, e não de uma cópia que circula em grupo de estudo.

Antes da lista de matérias, leia como a prova é corrigida

Quem abre o edital direto no anexo de conteúdo pula a parte que decide a estratégia. No edital da PMMA, três trechos mudam o jeito de estudar:

- **Item 7.1:** a prova objetiva tem duas partes, P1 (conhecimentos gerais, 50 itens) e P2 (conhecimentos específicos, 70 itens).
- **Item 8.13.2:** cada item certo vale 1 ponto e cada item errado tira 1 ponto. Em branco vale zero. É o modelo certo/errado do Cebraspe, e chutar tem custo.
- **Item 8.13.5:** é eliminado quem tirar menos de 10 pontos na P1, menos de 21 na P2 ou menos de 36 no total.

Com isso na mão, o verticalizado deixa de ser uma lista neutra. A P2 tem mais itens e nota mínima maior, e o primeiro critério de desempate (item 15.6.1) é a nota da P2. Uma disciplina que mora na P2 merece mais linhas de revisão do que outra que mora na P1, mesmo que as duas pareçam ter o mesmo tamanho no papel.

A versão que vale é a última retificação

O edital da PMMA foi publicado em 10 de julho de 2026. Cinco dias depois, o Edital nº 2 excluiu um bloco de legislação dos conhecimentos gerais e incluiu Raciocínio Lógico. O Edital nº 4, de 24 de julho, retificou o trecho de Noções de Informática, que hoje aparece em lugares diferentes conforme o cargo: nos conhecimentos específicos (P2) para Soldado do Quadro de Praças e nos conhecimentos gerais (P1) para os cargos de músico. O próprio Cebraspe publicou uma versão consolidada, atualizada até o Edital nº 5, de 7 de agosto.

Quem montou o verticalizado no dia 10 de julho e não voltou ao site da banca estudou uma lista que deixou de existir em uma semana. Por isso a primeira linha do seu arquivo deve ser a data da versão usada, e a página oficial do concurso entra nos favoritos.

Como montar o seu, em quatro passos

1. Separe o anexo de conteúdo por cargo. Muitos editais trazem vários cargos no mesmo documento. Na PMMA, o conteúdo de informática dos músicos vem com a observação "somente para os cargos de 2 a 12". Copie só o que é do seu cargo.

2. Quebre cada disciplina nos itens numerados. Cada número vira uma linha. Copie o texto, não confie na numeração: no edital da PMMA, a lista de História do Brasil salta do item 3 para o item 5, e a de Geografia do Brasil tem dois itens 8. Erro de digitação em edital existe, e o que a banca cobra é o texto.

3. Crie as colunas que você vai usar de verdade. Um modelo que funciona em planilha ou caderno:

Item do edital	Prova	Teoria	Questões	Acertos	Revisão 1	Revisão 2
LP 1. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados	P1	ok	40	31	20/11	
LP 5.7 Emprego do sinal indicativo de crase	P1	ok	25	15	21/11	
LP 5.8 Colocação dos pronomes átonos	P1					

A coluna "Acertos" é a que mais orienta. Ela mostra onde a teoria já foi lida e o desempenho ainda não veio, que é exatamente onde o modelo de ponto negativo pune.

4. Marque o peso. Uma coluna simples com P1 ou P2 (ou com o peso da disciplina, quando o edital usar pesos diferentes) basta para lembrar onde o ponto vale mais.

O verticalizado pronto serve para alguma coisa?

Serve para conferência. Depois de montar o seu, compare com um pronto e veja se esqueceu algum item. O problema de usar só o pronto é que ele te poupa justamente da leitura que revela a forma de correção, as notas de corte e as retificações. Quem só recebe a lista sabe o que estudar e não sabe como vai ser cobrado.

A Lei 14.965/2024, a lei geral dos concursos, ajuda nessa leitura. O artigo 7º lista o que todo edital precisa informar, como os tipos de prova e o conteúdo programático, os critérios de classificação e desempate, os requisitos para a nomeação e o prazo de validade. A lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2028, e estados e municípios podem adotar normas próprias, mas a lista já funciona como roteiro: se você não acha um desses pontos no seu edital, procure de novo antes de concluir que ele não existe.

Onde o verticalizado entra na semana

O arquivo pronto é o mapa. O estudo continua dependendo de método, e quem nunca organizou uma rotina pode começar pelo curso de técnicas de estudo e pelo básico em gerenciamento do tempo do Portal IDEA, ambos gratuitos.

Língua Portuguesa aparece em quase todo edital de nível médio e superior, e costuma ser a disciplina com mais linhas no verticalizado. Vale abrir a lista do edital ao lado do curso de Língua Portuguesa para concursos e marcar o que cada aula cobre. A coluna "Questões" se preenche no banco de questões do Portal IDEA, filtrando pelo assunto da linha.

E para saber quais editais estão abertos, o radar de concursos do Zine reúne os avisos publicados.

Perguntas frequentes

O que é edital verticalizado?
É o conteúdo programático do edital organizado em forma de tabela, com um assunto por linha e colunas para controlar teoria, exercícios e revisões. Serve para saber o que falta estudar sem reler o edital inteiro toda semana.

Como fazer um edital verticalizado no Excel ou no Word?
Copie o anexo de conteúdo do edital oficial, separe cada item numerado em uma linha e crie colunas para teoria, questões, acertos e revisões. No Excel, a coluna de acertos pode virar porcentagem e ganhar formatação condicional para destacar os assuntos fracos.

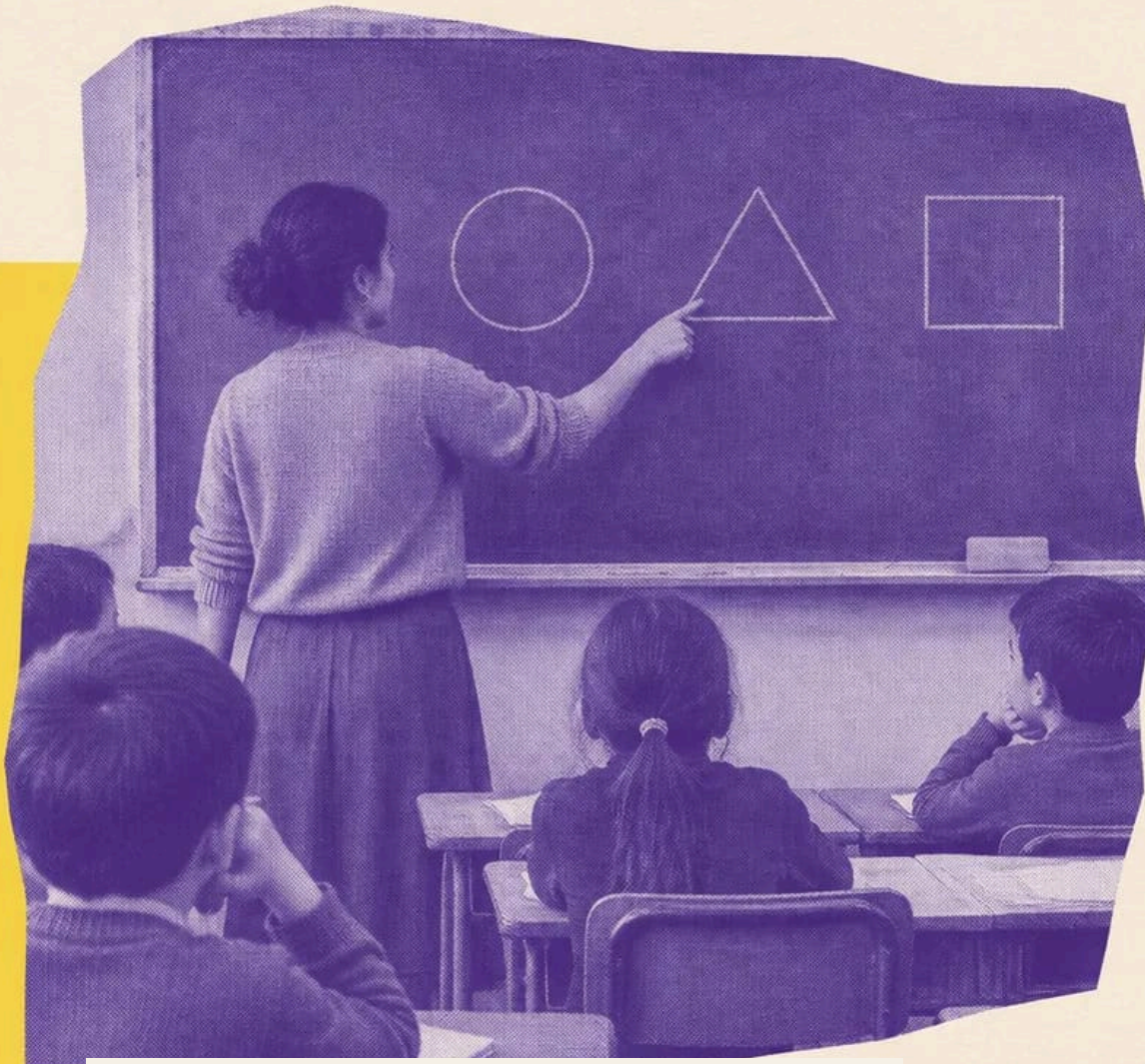
Dá para montar o verticalizado antes de o edital sair?
Dá, usando o edital anterior do mesmo órgão como base provisória. Quando o novo for publicado, compare item por item, porque bancas e conteúdos mudam de um concurso para outro.

O que fazer quando sai uma retificação?
Abra a versão consolidada (quando a banca publica) ou o edital de retificação, localize os itens alterados e atualize as linhas do seu arquivo. Anote a data da versão no topo, para saber de qual edital a sua lista saiu.

Edital verticalizado garante aprovação?
Não. Ele organiza o estudo e evita esquecer assuntos. Aprovação depende de estudo constante e de muito treino no estilo da banca.

Um edital é um documento jurídico escrito para ser cumprido ao pé da letra, inclusive nos erros de numeração. Quem o lê assim antes de estudar entra na prova sabendo onde cada ponto pesa. ■

Leia no site: zine.portalidea.com.br/edital-verticalizado



EDITORIA

04

Educação

Ensinar e aprender, dentro e fora da sala de aula.



Lei do estágio: o que conferir no termo de compromisso antes de assinar

Jornada, bolsa, recesso, seguro, supervisor e prazo máximo: a Lei 11.788/2008 lida a partir do termo de compromisso, com os sinais de que o estágio virou emprego.

Foto: Foto: olia danilevich / Pexels

POR PABLO MURAD

12 DE NOVEMBRO DE 2026

Uma vaga de estágio pede oito horas por dia, cinco dias por semana, e o termo de compromisso descreve "atividades administrativas diversas". Pela Lei do Estágio, a Lei 11.788/2008, as duas coisas já acendem alerta: para estudante de ensino superior, de ensino médio regular ou de educação profissional de nível médio, a jornada máxima é de 6 horas por dia e 30 por semana, e as atividades precisam ser compatíveis com o que o termo prevê e com o curso.

A lei é curta, tem 22 artigos, e quase tudo o que protege o estagiário passa por um documento: o termo de compromisso. Quem sabe ler esse papel antes de assinar evita boa parte dos problemas.

Por que o estágio não cria vínculo de emprego

O artigo 1º define estágio como "ato educativo escolar supervisionado". Por isso ele não cria vínculo de emprego, desde que três requisitos estejam presentes (art. 3º): matrícula e frequência regular do estudante, termo de compromisso assinado por estudante, empresa e instituição de ensino, e compatibilidade entre o que se faz no estágio e o que está no termo.

Quando um desses requisitos falta, ou quando a empresa descumpre uma obrigação do termo, a lei diz o que acontece: fica caracterizado vínculo de emprego, "para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária" (art. 3º, § 2º, e art. 15). A empresa que reincide fica dois anos impedida de receber estagiários.

O estágio pode ser obrigatório, quando a carga horária é exigida para o diploma, ou não obrigatório, quando é atividade opcional. Na educação superior, extensão, monitoria, iniciação científica e intercâmbio no exterior podem contar como estágio se o projeto pedagógico do curso previr. O intercâmbio entrou nessa lista com a Lei 14.913/2024.

O que conferir no termo de compromisso

Ponto do termo	O que a lei diz	Artigo
Jornada	Até 6 h/dia e 30 h/semana (superior, médio regular e profissional de nível médio). Até 4 h/dia e 20 h/semana (educação especial e anos finais do fundamental na EJA).	10
Semana de provas	Se a escola fizer avaliações periódicas, a carga cai pelo menos à metade nesses períodos, como o termo estipular.	10, § 2º

Bolsa e transporte	No estágio não obrigatório, bolsa (ou outra contraprestação) e auxílio-transporte são obrigatórios. A lei não fixa valor mínimo.	12
Seguro	A empresa contrata seguro contra acidentes pessoais. No estágio obrigatório, a escola pode assumir.	9, IV
Supervisor	Um funcionário com formação ou experiência na área, que supervisione até 10 estagiários ao mesmo tempo.	9, III
Duração	Até 2 anos na mesma empresa, exceto para estagiário com deficiência.	11
Relatórios	A escola exige relatório a cada 6 meses, no máximo. A empresa envia relatório de atividades, com vista ao estagiário.	7, IV, e 9, VII
Atividades	Precisam ser compatíveis com o termo e com o plano de atividades, que vai sendo atualizado por aditivos.	3, III, e 7, parágrafo único

Mais dois detalhes que costumam passar batido. Agente de integração, aquele intermediário que divulga vagas e cuida da papelada, não pode cobrar nada do estudante (art. 5º, § 2º). E as normas de saúde e segurança do trabalho valem para o estagiário, com a empresa responsável por cumpri-las (art. 14).

Férias de estagiário têm outro nome

Estagiário não tem férias no sentido da CLT. Tem recesso, que funciona parecido: 30 dias para cada ano de estágio, de preferência durante as férias escolares, pagos quando há bolsa (art. 13). Em estágio com menos de um ano, o recesso é proporcional.

O que a lei não prevê é décimo terceiro, FGTS ou adicional de um terço sobre o recesso. A empresa pode oferecer benefícios como vale-refeição e plano de saúde, e a lei deixa claro que isso não cria vínculo (art. 12, § 1º). O estagiário também pode contribuir para o INSS como segurado facultativo, se quiser contar o período para a aposentadoria.

Sinais de que o estágio está virando emprego

A lei não usa a expressão “estágio disfarçado”, mas os critérios dela permitem reconhecer o problema:

- Jornada acima do limite do art. 10, ou horas extras frequentes.
- Nenhum supervisor de verdade, ou um supervisor sem relação com a área do curso.
- Atividades que não aparecem no termo nem têm a ver com a formação, como cobrir a recepção de outro setor todo dia.
- Contrato renovado com a mesma empresa além de dois anos.
- Termo sem assinatura da instituição de ensino, ou estudante que já trancou a matrícula.

Nesses casos, o primeiro caminho costuma ser o professor orientador e o setor de estágios da instituição, que têm o dever de zelar pelo termo e de reorientar o estudante para outro local se ele for descumprido (art. 7º, V).

O estágio como parte da formação

Lido com calma, o termo de compromisso também funciona como um plano de estudo: o plano de atividades diz o que o estudante deveria aprender ali. Vale guardar uma cópia e comparar com o dia a dia a cada relatório semestral. Quem quer usar o estágio para planejar os próximos passos encontra ferramentas no curso de noções básicas em gestão de carreiras, e o de ética e relacionamento no trabalho ajuda na convivência com a equipe. Para entender a diferença entre estágio e relação de emprego com mais base, há o curso de introdução ao direito do trabalho, todos gratuitos no Portal IDEA.

Para procurar vagas, o guia de vagas e estágios do Zine reúne 100 sites de oportunidades, 22 deles com feed RSS para acompanhar sem precisar visitar um por um.

Perguntas frequentes

Estagiário tem direito a férias?
Tem direito a recesso de 30 dias a cada ano de estágio, de preferência nas férias escolares, remunerado quando há bolsa. Se o estágio durar menos de um ano, o recesso é proporcional.

Estagiário tem direito a 13º salário?
Não. A Lei 11.788/2008 não prevê décimo terceiro para estagiário. A empresa pode oferecer benefícios além da bolsa, e a lei diz que vantagens como transporte, alimentação e saúde não criam vínculo.

Quantas horas um estagiário pode trabalhar por dia?
Até 6 horas por dia e 30 por semana para estudantes do ensino superior, do ensino médio regular e da educação profissional de nível médio. Em cursos

que alternam teoria e prática, pode chegar a 40 horas semanais nos períodos sem aula presencial, se o projeto pedagógico previr.

O estágio pode durar mais de dois anos?
Na mesma empresa, não, salvo para estagiário com deficiência. O estudante pode fazer outro estágio em outra empresa.

Estagiário pode faltar?
A lei não trata de faltas. As regras de ausência, abono e desconto da bolsa ficam no termo de compromisso, por isso vale ler esse ponto antes de assinar. Nos períodos de avaliação informados pela escola, a jornada cai pelo menos à metade.

A lei do estágio foi escrita para proteger um tempo de aprendizado, e não um posto de trabalho barato. O termo de compromisso é onde essa diferença aparece por escrito, e é o documento que o estudante pode usar para cobrá-la. ■

Leia no site: zine.portalidea.com.br/lei-do-estagio



Certificado do Encceja: quem emite, notas e como pedir

Resultado em 14 de dezembro, mínimo de 100 pontos por área e 5 na redação, e o certificado pedido à secretaria ou ao Instituto Federal escolhido na inscrição.

Foto: Foto: Mica Bassa, via Pexels

POR PABLO MURAD

13 DE NOVEMBRO DE 2026

O certificado do Encceja não é emitido pelo Inep. Quem passa no exame pede o documento à secretaria estadual de educação ou ao Instituto Federal escolhido no momento da inscrição, e só recebe o certificado de conclusão se tiver tirado pelo menos 100 pontos em cada uma das quatro áreas e nota 5 ou mais na redação. A regra está no edital do Encceja Nacional 2026, que também marca a data que muita gente está esperando: os resultados individuais saem em 14 de dezembro de 2026.

Entre a nota e o diploma na mão há algumas etapas, e é nelas que surgem as dúvidas sobre o certificado do Encceja.

Quem pode tirar o certificado do Encceja

O Encceja é gratuito e serve a jovens e adultos que não concluíram os estudos na idade apropriada. A idade mínima, contada na data da prova, é de **15 anos para o ensino fundamental** e **18 anos para o ensino médio**, como manda a Lei de Diretrizes e Bases. O edital avisa que emancipação não reduz esse limite.

A prova tem quatro áreas, cada uma com 30 questões de múltipla escolha, mais uma redação. No ensino médio, as áreas são Ciências da Natureza, Matemática, Linguagens (com a redação) e Ciências Humanas. Em 2026 a aplicação foi em 23 de agosto, com reaplicação em 6 e 7 de outubro para quem teve problema comprovado.

Notas mínimas: como funciona a aprovação

Item	Regra no edital 2026
Escala de cada área	proficiência pela TRI, com média 100 e desvio-padrão 20
Mínimo por área	100 pontos
Redação	de 0 a 10, mínimo de 5
Linguagens	os 100 pontos na prova objetiva e o 5 na redação precisam ser da mesma edição
Divulgação	14 de dezembro de 2026, na Página do Participante
Guarda dos resultados	o Inep mantém as notas por 3 anos

Como a escala tem média 100, o mínimo exigido fica exatamente no meio da distribuição. Pela lógica da TRI, a nota depende também da coerência das respostas: acertar as questões fáceis pesa mais do que acertar difíceis por sorte. Para quem estuda, isso favorece dominar o básico de cada área.

Quem emite o certificado

O edital é direto: "não compete ao Inep proceder à emissão do Certificado de Conclusão do ensino fundamental ou do ensino médio, bem como da Declaração Parcial de Proficiência" (item 16.7). O Inep aplica a prova, calcula as notas e as envia às instituições certificadoras indicadas na inscrição. São elas que emitem o documento e definem procedimentos complementares.

Duas regras ajudam a não se perder:

- **A certificadora é a que você escolheu na inscrição.** O edital permite escolher instituição de qualquer estado, sem ligação com o endereço de residência (item 6.2.9.1). Quem esqueceu a escolha pode conferir no boletim de notas.
- **Inscrição e aprovação não geram certificado automático.** O participante precisa fazer o pedido à certificadora (item 6.2.9.3).

Os prazos e o formato variam. No Instituto Federal de São Paulo, por exemplo, o serviço de certificação do Encceja é gratuito, pedido pela internet com CPF e e-mail, e o prazo estimado é de até 48 horas para quem já tem todas as notas no sistema. O certificado sai em PDF, com validação digital.

Passei em só algumas áreas. E agora?

É aqui que entra a **Declaração Parcial de Proficiência**, prevista na Portaria MEC nº 458/2020 e citada no edital. Ela registra as áreas em que você atingiu o mínimo. Na edição seguinte, você pode se inscrever apenas nas áreas que faltam, já que a inscrição permite indicar em quais áreas fazer a prova.

Um exemplo: alguém tirou 100 ou mais em Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas em uma edição, mas ficou abaixo em Linguagens. Com a declaração parcial em mãos, volta no ano seguinte só para Linguagens e redação, que precisam ser aprovadas juntas. Depois, a certificadora une as notas das duas edições e emite o certificado. No IFSP, essa junção de notas é pedida à coordenadoria de registros acadêmicos do campus, com prazo estimado de 30 dias.

Um cuidado: as notas ficam guardadas pelo Inep por três anos. Quem deixar para pedir a declaração muito tempo depois pode ter dificuldade.

Na opinião do Zine

O Encceja é uma das ferramentas mais úteis e menos compreendidas da educação brasileira. A prova é gratuita, aplicada em todos os estados, aceita aprovação por partes e entrega um certificado de conclusão reconhecido em todo o país. O ponto fraco é a etapa final: muita gente passa e nunca pede o documento, porque espera receber do Inep.

O certificado de ensino médio destrava muita coisa. É exigência de concursos e processos seletivos de nível médio, como o de agente comunitário de saúde, e é pré-requisito para cursos técnicos e para a faculdade. Para quem já trabalha, abre a porta de vagas e estágios que pedem escolaridade completa.

Como se preparar para a próxima edição

Como Linguagens só é aprovada com objetiva e redação na mesma edição, a escrita merece atenção desde o começo. O curso de português básico do Portal IDEA ajuda a revisar a base da língua. Para Matemática, o aperfeiçoamento em matemática básica serve a quem vai fazer o médio, e quem vai fazer o fundamental encontra a matemática para o ensino fundamental na modalidade EJA.

O cronograma oficial de cada edição fica na página do Encceja no portal do Inep.

Perguntas frequentes

Quando sai o resultado do Encceja 2026?
No dia 14 de dezembro de 2026, na Página do Participante, com CPF e senha. Quem fez a reaplicação tem o resultado calculado com base nela.

Onde pego o certificado do Encceja?
Na secretaria estadual de educação ou no Instituto Federal que você indicou como certificadora na inscrição. O Inep não emite certificado nem declaração parcial.

Qual a nota mínima para passar no Encceja?
100 pontos em cada uma das quatro áreas e pelo menos 5 na redação, que vai de 0 a 10. Em Linguagens, as duas notas precisam ser da mesma edição.

O certificado do Encceja tem validade?
O certificado de conclusão comprova a escolaridade, como o da escola regular. No IFSP, por exemplo, ele tem validade nacional e não expira. As notas, porém, ficam na base do Inep por três anos, então o pedido à certificadora não deve ser adiado.

Posso juntar notas de anos diferentes?
Sim. Quem passa em parte das áreas pede a Declaração Parcial de Proficiência e, nas edições seguintes, faz só o que falta. A certificadora une as notas e emite o certificado, seguindo os procedimentos dela.

Para quem fez a prova em agosto, o trabalho de 14 de dezembro é curto: abrir o boletim, ver qual certificadora foi escolhida e fazer o pedido no mesmo dia. ■

Leia no site: zine.portalidea.com.br/certificado-encceja



Curso livre: "reconhecido pelo MEC" é a pergunta errada

O MEC diz que curso livre não precisa de autorização e que o selo é propaganda enganosa. Na estreia da coluna, Soraya Murad propõe as perguntas que importam.

Foto: Foto: Ana Nascimento/MDS, via Wikimedia Commons (CC BY-SA 2.0)

POR SORAYA MURAD

13 DE NOVEMBRO DE 2026

Palavras da Diretora · a coluna de Soraya Murad no Zine IDEA

Curso livre não precisa de autorização nem de reconhecimento do MEC, e o anúncio que promete esse selo está enganando quem lê. Quem afirma isso é o próprio Ministério da Educação, numa nota de setembro de 2026: cursos livres pertencem à educação não formal, emitem certificado, não diploma, e a divulgação de um curso livre como "autorizado" ou "reconhecido pelo MEC" configura propaganda enganosa pelo Código de Defesa do Consumidor.

Eu gostaria que essa nota circulasse mais do que circula. "É reconhecido pelo MEC?" é a pergunta certa para graduação, pós-graduação e curso técnico. Para curso livre ela não tem resposta verdadeira, e uma pergunta sem resposta verdadeira atrai quem responde com mentira.

O que a lei diz sobre curso livre

A base está na LDB. O artigo 42 da Lei 9.394/1996 prevê cursos especiais abertos à comunidade, com matrícula condicionada "à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade". O Decreto 5.154/2004 chama esse território de formação inicial e continuada de trabalhadores, que inclui capacitação, aperfeiçoamento e atualização em todos os níveis de escolaridade. A carga mínima de 160 horas que aparece no decreto vale para cursos organizados dentro de itinerários formativos, como os do Pronatec. Fora disso, não há carga horária fixada.

Na página de perguntas frequentes, o MEC resume: cursos livres podem ser oferecidos por pessoas físicas ou jurídicas de qualquer natureza e não são regulamentados pelo ministério.

Essa liberdade foi escolha do legislador, e eu a defendo. Ela permite que uma padaria-escola, um sindicato ou uma plataforma on-line ensinem uma ocupação sem esperar um processo regulatório pensado para universidade. O preço da liberdade é que a qualidade passa a ser verificada por outros caminhos, e o aluno precisa saber quais são.

Os números que me preocupam mais do que o selo

A PNAD Contínua Educação 2025, do IBGE, mostra que 14,2% dos 174,1 milhões de brasileiros com 14 anos ou mais já fizeram algum curso de qualificação profissional. O recorte por escolaridade é o que importa:

Nível de instrução	Já fez curso de qualificação profissional
Sem instrução até fundamental completo	5,9%

Médio incompleto até superior incompleto	17,3%
Superior completo	23,1%

A proporção é quase quatro vezes maior entre quem tem diploma universitário do que entre quem parou no fundamental. A porta mais acessível da educação profissional está sendo usada principalmente por quem já passou pelas outras. E o retrato do presente é pior: entre os 68 milhões de brasileiros que estudavam no máximo até o fundamental ou estavam fora da escola sem ter concluído o ensino médio, só 466 mil frequentavam um curso de qualificação em 2025. São 0,7% do grupo, e o número caiu 16,9% em relação a 2024.

O IBGE também perguntou aos jovens de 15 a 29 anos sem ensino médio completo, fora da escola e de qualquer curso, por que não estudavam nem se qualificavam. A resposta principal, de 47,6%, foi precisar trabalhar. Entre os homens desse grupo, 60,4%.

É aqui que eu acho que o debate sobre curso livre deveria estar. A pessoa que precisa trabalhar não tem como encaixar um curso de dois anos com horário fixo. Precisa de um curso curto, que caiba no intervalo, no ônibus, no domingo, e que ensine algo que ela use na segunda-feira. Esse é o lugar do curso livre e da educação a distância bem feita. Quando o mercado de cursos gasta energia vendendo um selo que não existe, ele afasta justamente esse aluno, que já desconfia e que tem menos tempo para checar.

Onde o curso livre não basta

Defender o curso livre exige dizer onde ele para. O MEC é explícito: o certificado de curso livre não habilita para o exercício de profissões regulamentadas que pedem formação técnica ou superior, e não vale como pós-graduação lato sensu.

Há ainda as ocupações com regra própria de formação. O Zine mostrou duas delas nesta semana. O curso de vigilante tem de ser presencial, em escola autorizada e homologado pela Polícia Federal. E o treinamento de NR-35 para trabalho em altura passou a ser obrigatoriamente presencial em 2026. Nesses casos, um curso livre pode preparar e complementar, mas não substitui o que a norma exige. Prometer o contrário é o mesmo tipo de engano do selo falso.

As perguntas que eu faria no lugar do selo

Se a pergunta do MEC não serve, quais servem? Proponho quatro.

1. **O que vou saber fazer no fim?** Conteúdo programático publicado, carga horária declarada e material que dá para ver antes de se matricular dizem mais sobre o curso do que qualquer adjetivo no anúncio.

2. **Quem vai aceitar o certificado, e para quê?** A decisão é de quem recebe: o regulamento de horas complementares da faculdade, o edital do concurso, o RH da empresa. Por isso o Portal IDEA, na página sobre como funciona o certificado, orienta o aluno a conferir antes as exigências do edital ou do processo seletivo. Eu acho essa a postura honesta para qualquer escola de curso livre.
3. **Um terceiro consegue conferir o documento?** Certificado com código que qualquer pessoa confere na internet, como na validação de certificados do Portal IDEA, protege o aluno e quem contrata.
4. **Minha meta exige formação regulamentada?** Se exige, o curso livre entra como preparo e atualização. Se a dúvida ainda é qual caminho seguir, um curso de orientação vocacional ajuda a pensar antes de investir tempo.

Nenhuma dessas perguntas tem resposta pronta num selo. Todas têm resposta verificável, e é isso que eu espero de uma escola séria e de um aluno bem informado.

O Brasil precisa de mais gente fazendo curso livre, principalmente quem hoje está fora da estatística do IBGE. Para isso, o setor precisa parar de vender o que não tem e começar a mostrar o que ensina.

Perguntas frequentes

Curso livre é reconhecido pelo MEC?
Não, e não precisa ser. Cursos livres fazem parte da educação não formal e não passam por autorização nem reconhecimento do MEC ou das secretarias de educação. O MEC considera propaganda enganosa o anúncio de curso livre "reconhecido pelo MEC".

O que é curso livre?
É um curso de formação inicial e continuada, aberto à comunidade, que pode ser oferecido por escolas, empresas, sindicatos, associações ou plataformas on-line, sem exigência de escolaridade mínima e sem carga horária fixada por lei. Ao final, a instituição emite um certificado, não um diploma.

Certificado de curso livre tem validade?
Tem validade como comprovante de que a pessoa fez aquela formação, em todo o país. O peso dele depende de quem recebe: empresas, faculdades e editais definem se e como aceitam. Ele não substitui diploma de curso técnico, graduação ou pós.

Curso livre conta como horas complementares?
Depende do regulamento de atividades complementares de cada faculdade, que define quais tipos de atividade valem e quantas horas conta em cada um. Consulte a coordenação antes de se matricular, e não depois.

Curso livre vale para concurso público?
Só quando o edital prevê. Alguns editais pontuam cursos de capacitação na prova de títulos, com carga horária mínima e área definidas. Leia o item de títulos do edital antes de contar com essa pontuação.

Curso livre on-line vale menos que presencial?
Para a lei, a modalidade não muda a natureza do curso livre. A diferença aparece quando uma norma exige prática presencial, como na formação de vigilante e no treinamento de NR-35. Fora desses casos, o que conta é o conteúdo e a possibilidade de conferir o certificado. ■

Leia no site: zine.portalidea.com.br/curso-livre



Analfabetismo funcional: o número que não sai do lugar

Pelo Inaf 2024, 29% dos brasileiros de 15 a 64 anos são analfabetos funcionais, o mesmo de 2018. Soraya Murad comenta os dados e o que dá para fazer a partir de hoje.

Foto: Foto: RDNE Stock project / Pexels (Licença Pexels)

POR SORAYA MURAD

15 DE NOVEMBRO DE 2026

Palavras da Diretora · a coluna de Soraya Murad no Zine IDEA

Três em cada dez brasileiros entre 15 e 64 anos sabem ler as letras, mas não conseguem usar a leitura e a escrita para resolver as coisas da vida. É isso que chamamos de analfabetismo funcional, e o número mais recente não melhorou. **Pelo Inaf 2024, 29% dos brasileiros nessa faixa etária são analfabetos funcionais, cerca de 40,8 milhões de pessoas, o mesmo percentual de 2018.** Seis anos se passaram e o indicador ficou parado.

Quero falar desse número porque ele costuma ser lido do jeito errado, como se fosse um problema de outra gente, de outro lugar, de outra época. Os dados dizem o contrário.

O que é analfabetismo funcional

O Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf), coordenado hoje pela Ação Educativa e pela Conhecimento Social, mede a capacidade de usar a leitura, a escrita e a matemática no dia a dia. Analfabeto funcional é quem está nos dois níveis mais baixos da escala: o analfabeto propriamente dito e o nível rudimentar. Na prática, é a pessoa que até reconhece palavras ou números, mas tem dificuldade para entender um texto curto, comparar dois preços ou seguir as instruções de um formulário.

O levantamento mais recente ouviu 2.554 pessoas entre dezembro de 2024 e fevereiro de 2025, com margem de erro de dois a três pontos percentuais. Os resultados foram divulgados pela Ação Educativa em maio de 2025.

Nível no Inaf 2024	População de 15 a 64 anos
Analfabeto	7%
Rudimentar	22%
Elementar	36%
Intermediário	25%
Proficiente	10%

Somando os dois primeiros, chegamos aos 29%. Em 2001, quando o Inaf começou, eram 39%. Houve avanço por quase duas décadas, e depois ele parou.

O dado que mais me incomoda

O número que eu não consigo esquecer está entre quem estudou. Segundo o Inaf, 17% das pessoas que chegaram ao ensino médio ou o concluíram são analfabetas funcionais. Entre quem fez ensino superior, só 24% atingem o

nível proficiente. E a parcela dos universitários nos dois níveis mais altos caiu de 71% em 2018 para 61% em 2024.

Isso quer dizer que diploma e domínio da leitura deixaram de andar juntos. A pessoa passou anos na escola, tem o certificado na gaveta e, mesmo assim, trava diante de um contrato, de uma bula ou de um enunciado de prova. Para mim, como educadora, esse é o dado que mais pesa: a escolarização chegou, a aprendizagem nem sempre.

Também preocupa ver os jovens. Entre os brasileiros de 15 a 29 anos, a taxa de analfabetismo funcional subiu de 14% em 2018 para 16% em 2024. Entre os trabalhadores, 27% estão nessa condição.

Por que isso é um problema de todo mundo

Analfabetismo funcional não aparece no currículo nem na entrevista de emprego. Aparece depois: no erro ao preencher uma planilha, no medo de pedir ajuda, no golpe que chega pelo celular e parece verdadeiro, na promoção recusada porque o cargo novo exige relatórios. É uma desvantagem silenciosa, e quem a carrega muitas vezes sente vergonha.

Por isso acho que o primeiro passo é tirar o assunto da vergonha. Ninguém é analfabeto funcional por preguiça. Em geral, houve uma escola que ensinou pouco, uma vida que exigiu trabalhar cedo, uma falta de prática que foi enferrujando o que se aprendeu.

O que dá para fazer, a partir de hoje

A boa notícia é que leitura e matemática se recuperam com prática, em qualquer idade. Algumas sugestões concretas:

1. **Leia um pouco todo dia, em voz alta se ajudar.** Notícias curtas, receitas, manuais de aparelhos. O hábito pesa mais que o tamanho do texto.
2. **Treine a interpretação, além da leitura.** Depois de ler, tente contar com suas palavras o que entendeu. O curso gratuito de Aperfeiçoamento em Interpretação de Texto é um bom ponto de partida.
3. **Não deixe a matemática de lado.** Comparar preços, calcular juros e entender porcentagens fazem parte do alfabetismo. O curso de Matemática Básica ajuda a retomar a base.
4. **Volte a estudar formalmente, se for o caso.** Quem não concluiu o ensino fundamental ou médio pode buscar o certificado pelo Encceja. E um curso livre é uma forma leve de reencontrar o ritmo de estudo.

Para professores e voluntários que trabalham com adultos, o curso de EJA para educadores trata das particularidades de ensinar quem volta à sala de aula depois de anos.

Eu acredito que um país não muda esse número só com campanha. Muda com milhões de pessoas lendo um pouco mais a cada semana, e com escolas que meçam se o aluno aprendeu de verdade, além de registrar se ele passou de ano. É devagar, mas é o único caminho que eu conheço.

Perguntas frequentes

O que é analfabetismo funcional?
É a condição de quem sabe reconhecer letras e números, mas não consegue usar a leitura, a escrita e a matemática para resolver tarefas do cotidiano, como entender um texto curto, preencher um formulário ou comparar preços.

Qual a diferença entre analfabetismo e analfabetismo funcional?
O analfabeto não consegue ler nem escrever palavras e frases simples. O analfabeto funcional consegue ler, mas com tanta dificuldade que não entende bem o que leu nem consegue aplicar a informação. No Inaf, o analfabetismo é o nível mais baixo, e o analfabetismo funcional soma esse nível ao rudimentar.

O que é o Inaf?
É o Indicador de Alfabetismo Funcional, uma pesquisa feita no Brasil desde 2001. Foi criada pela Ação Educativa e pelo Instituto Paulo Montenegro e hoje é coordenada pela Ação Educativa e pela Conhecimento Social. Ela classifica a população de 15 a 64 anos em cinco níveis de alfabetismo, de analfabeto a proficiente.

Quantos analfabetos funcionais existem no Brasil?
Pelo Inaf 2024, 29% da população de 15 a 64 anos, o equivalente a cerca de 40,8 milhões de pessoas. O percentual é o mesmo de 2018.

Dá para superar o analfabetismo funcional depois de adulto?
Sim. Leitura, escrita e matemática melhoram com prática regular em qualquer idade. Ajudam a leitura diária, cursos de interpretação de texto e matemática básica e, para quem não concluiu os estudos, a volta à escola pela EJA ou pelo Encceja. ■

Leia no site: zine.portalidea.com.br/analfabetismo-funcional



Semipresencial: o que é e o que perguntar antes da matrícula

O Decreto 12.456/2025 deu regra ao curso semipresencial. Soraya Murad mostra o que ele exige e as cinco perguntas a fazer antes de assinar o contrato.

Foto: Laboratório de informática do polo UAB de Itamonte (MG). Foto: Py4nf, via Wikimedia Commons (domínio público)

POR SORAYA MURAD

16 DE NOVEMBRO DE 2026

Palavras da Diretora · a coluna de Soraya Murad no Zine IDEA

Semipresencial agora tem definição legal. Desde o Decreto 12.456, de maio de 2025, é um dos três formatos oficiais de graduação no Brasil, ao lado do presencial e do a distância, com regra própria: no mínimo 30% da carga horária em atividades presenciais e mais 20% em atividades presenciais ou síncronas mediadas, aquelas aulas on-line ao vivo com chamada e turma de até 70 estudantes. O resto pode ser a distância.

Eu acho a mudança boa e explico por quê. Mas vejo um risco nela: o semipresencial começar a ser vendido como se o nome bastasse. O decreto fixa um piso. O que acontece nessas horas presenciais, onde e em que horário, é o que vai separar um curso que ensina de um curso que só cumpre a conta.

O que é semipresencial, pela regra do MEC

O decreto organiza a graduação em três formatos e define cada tipo de atividade. Resumo o que interessa a quem vai se matricular:

Formato	Mínimo de atividades presenciais	Mínimo de atividades presenciais ou síncronas mediadas
Presencial	70% da carga horária	não se aplica
Semipresencial	30%	mais 20%
A distância (EaD)	10%	mais 10%

Algumas regras valem para todos os formatos e me parecem as mais importantes do texto:

- **Mesma duração.** Presencial, semipresencial e a distância têm de ter a mesma duração e o mesmo prazo para integralizar a carga horária (art. 5º).
- **Frequência controlada.** A instituição tem de controlar a presença nas atividades presenciais e síncronas mediadas para aprovar o aluno em cada disciplina (art. 6º).
- **Prova presencial com peso.** Nas disciplinas com parte a distância, as avaliações presenciais têm peso majoritário na nota final, e pelo menos um terço do peso precisa vir de questões que exijam análise e síntese escritas (art. 23).
- **Nome no contrato.** O formato tem de aparecer com o nome oficial no contrato e na página do curso. A publicidade pode usar outro termo desde que diga com clareza a qual formato oficial ele corresponde (art. 4º).

A Portaria MEC 378/2025 foi além para algumas áreas. Segundo o resumo do próprio MEC, bacharelados e cursos de tecnologia de saúde e bem-estar, de engenharia, produção e construção e de agricultura e veterinária só podem

ser presenciais ou semipresenciais, e no semipresencial precisam de pelo menos 40% de atividades presenciais. Direito, Medicina, Enfermagem, Odontologia e Psicologia ficaram exclusivamente presenciais, e o decreto proibiu licenciaturas a distância.

Por que eu acho que o decreto acertou

O ponto de partida é o tamanho da EaD. Segundo o MEC, com base no Censo da Educação Superior 2024, as matrículas a distância já são 50,7% de todas as matrículas de graduação do país. Metade dos universitários brasileiros estuda nesse formato. Uma regra pensada para um nicho deixou de servir.

Defendo a educação a distância. Na estreia desta coluna, sobre curso livre, mostrei com a PNAD do IBGE que precisar trabalhar é o principal motivo de quem não estuda nem se qualifica, e é para essa pessoa que o ensino a distância bem feito existe. Por isso mesmo, gosto de três coisas no decreto. A primeira é a chamada nas aulas ao vivo, que obriga a instituição a acompanhar quem está sumindo. A segunda é a prova presencial com peso de verdade e com parte escrita, porque é difícil fingir análise e síntese num texto feito na frente de um fiscal. A terceira é o nome obrigatório no contrato, que obriga o "híbrido", o "flex" e o "conectado" dos anúncios a dizer a qual formato correspondem.

O semipresencial ocupa o meio do caminho entre os dois outros formatos. Para quem mora longe de um campus mas consegue ir ao polo algumas vezes por mês, pode ser a melhor combinação. Para uma área como enfermagem ou engenharia, em que a prática pesa, faz sentido que a lei exija mais presença.

Onde mora o risco

Trinta por cento é o mínimo, e mínimo vira teto quando o curso é desenhado para custar pouco. O decreto deixa para a instituição decidir como distribuir as outras horas, e diz que as atividades presenciais podem acontecer na sede, num polo ou em ambiente profissional equipado, sob supervisão acadêmica (art. 30). Tudo isso é razoável no papel. Na vida do aluno, a pergunta é outra: o polo fica a quantos quilômetros, abre em que horário e tem laboratório para o que o curso promete?

Há também o calendário. As instituições têm até 20 de maio de 2027 para se adequar por completo, conforme a portaria de transição. Até lá, vai haver curso semipresencial ainda montando a parte presencial. Quem se matricula agora tem direito de perguntar como vai estar o curso no semestre em que entrar, e não só em 2027.

As perguntas que eu faria antes de assinar

1. **Qual é o formato oficial deste curso?** Peça que esteja escrito no contrato com o nome do decreto: presencial, semipresencial ou a distância. Se o anúncio usa outra palavra, ele tem de dizer a qual formato ela corresponde.
2. **Quantas horas presenciais, onde e quando?** Peça a distribuição por semestre, o endereço do polo e os dias. Se o seu trabalho não permite ir ao polo no horário marcado, o curso não serve para você, por melhor que seja.
3. **Como funcionam as aulas ao vivo?** O decreto fala em até 70 estudantes por professor ou mediador, com controle de frequência. Pergunte quantos alunos tem a turma e quem conduz a aula.
4. **Quem é o professor da disciplina?** Cada disciplina com parte a distância precisa ter ao menos um professor regente (art. 18). Tutor com função administrativa não substitui esse professor.
5. **Como é a prova?** Presencial, com peso majoritário e parte discursiva. Se a resposta for "tudo pela plataforma", desconfie.

Se a dúvida ainda é qual graduação fazer, vale gastar algumas horas num curso de orientação vocacional antes de comprometer quatro ou cinco anos. E quem nunca estudou com aula ao vivo, plataforma e prazo por conta própria ganha muito com uma base de técnicas de estudo e com uma introdução à educação digital. O formato semipresencial cobra do aluno uma autonomia que a escola raramente ensinou.

Para quem ainda não terminou o ensino médio, o primeiro passo é outro: o Zine explicou como funciona o certificado do Encceja, que abre a porta da graduação.

O decreto deu nome e regra ao formato. Daqui em diante, a instituição séria é a que mostra por escrito, antes da matrícula, as horas presenciais, o polo, a turma e a prova.

Perguntas frequentes

O que é semipresencial?

É um dos três formatos oficiais de graduação definidos pelo Decreto 12.456/2025. O curso semipresencial precisa ter no mínimo 30% da carga horária em atividades presenciais e mais 20% em atividades presenciais ou síncronas mediadas (aulas ao vivo on-line, com chamada e até 70 estudantes por professor ou mediador). O restante pode ser a distância.

Qual a diferença entre EaD e semipresencial?
A quantidade de presença exigida. No curso a distância, o mínimo é 10% de atividades presenciais mais 10% de presenciais ou síncronas mediadas, e a soma não pode chegar aos mínimos do semipresencial. No semipresencial, os mínimos são 30% e 20%.

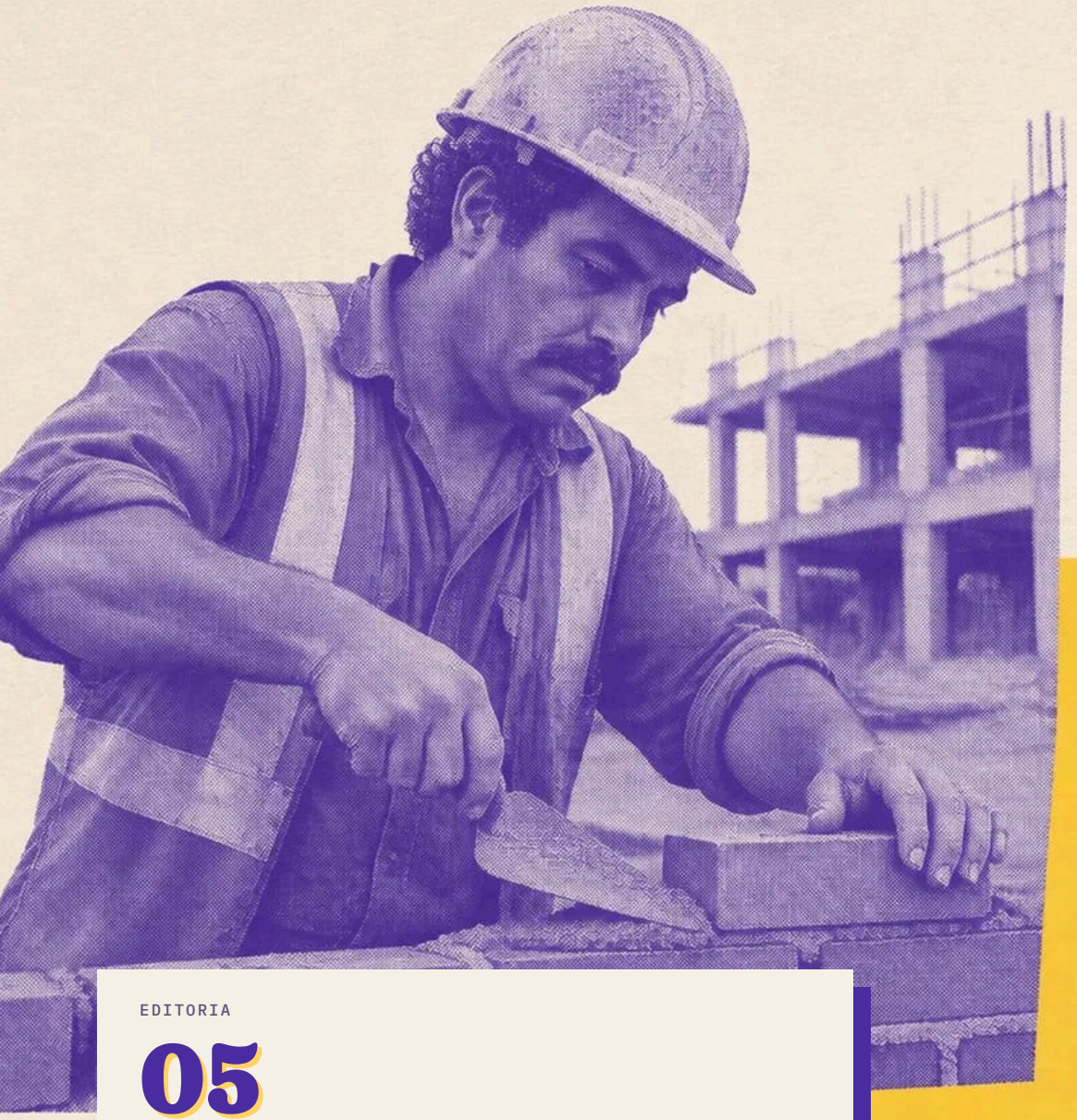
Faculdade semipresencial é reconhecida pelo MEC?
Como qualquer graduação, o curso semipresencial precisa ser autorizado e depois reconhecido pelo MEC, e o ato de autorização diz em qual formato ele pode ser oferecido. É proibido oferecer o curso num formato diferente do autorizado. Confira a situação da instituição e do curso no cadastro e-MEC antes da matrícula.

Quais cursos não podem ser semipresenciais?
Direito, Medicina, Enfermagem, Odontologia e Psicologia só podem ser oferecidos no formato presencial. Medicina, segundo a Portaria MEC 378/2025, não pode ter carga horária a distância.

Quem já está matriculado em um curso EaD que foi proibido perde o curso?
Não. Segundo o MEC, quem se matriculou antes de o curso entrar em extinção tem direito de concluir no formato previsto na matrícula. A instituição só não pode abrir vagas novas nesse curso.

Semipresencial tem aula presencial toda semana?
Não necessariamente. O decreto fixa percentuais mínimos sobre a carga horária total e deixa a distribuição para a instituição. Pergunte o calendário das atividades presenciais e o endereço do polo antes de assinar o contrato. ■

Leia no site: zine.portalidea.com.br/semipresencial



EDITORIA

05

Indústria e construção

Obra, campo e chão de fábrica, com segurança em primeiro lugar.



Técnico em segurança do trabalho: quando a empresa é obrigada a ter um

A tabela da NR-04 que define quantos técnicos em segurança do trabalho cada empresa precisa, com exemplos por CNAE, e o caminho do curso ao registro no MTE.

Foto: Foto: RDNE Stock project / Pexels

POR PABLO MURAD

12 DE NOVEMBRO DE 2026

O técnico em segurança do trabalho é o profissional que identifica riscos, orienta a prevenção e investiga acidentes dentro das empresas. Para exercer a profissão é preciso concluir o curso técnico e ter registro no Ministério do Trabalho, como exige a Lei 7.410/1985. A obrigação de contratá-lo, por sua vez, vem de uma tabela da NR-04.

Entender essa tabela explica por que uma obra de 120 pessoas precisa de um técnico e um supermercado de 400 funcionários, não.

A regra que cria a vaga

A NR-04 obriga empresas com empregados CLT a manter o SESMT, o serviço especializado em segurança e medicina do trabalho. O tamanho dessa equipe sai do Anexo II da norma, que cruza duas informações do estabelecimento: o número de trabalhadores e o grau de risco da atividade, numa escala de 1 a 4 definida no Anexo I a partir do código CNAE.

Pelo item 4.5.1, vale o maior grau entre a atividade principal registrada no CNPJ e a atividade que ocupa mais gente no local. Uma empresa cadastrada como comércio, mas com a maior parte da equipe montando estruturas, é dimensionada pelo risco da montagem.

Quantos técnicos a norma exige

Este é o recorte do Anexo II só para o técnico em segurança do trabalho:

Trabalhadores no estabelecimento	Grau 1	Grau 2	Grau 3	Grau 4
50 a 100	0	0	0	1
101 a 250	0	0	1	2
251 a 500	0	0	2	3
501 a 1.000	1	1	3	4
1.001 a 2.000	1	1	4	5
2.001 a 3.500	1	2	6	8
3.501 a 5.000	2	5	8	10
Acima de 5.000, a cada grupo de 4.000 ou fração acima de 2.000	+1	+1	+3	+3

A diferença entre as colunas é grande. Nos graus 1 e 2, o primeiro técnico só aparece a partir de 501 empregados. No grau 3, a partir de 101. No grau 4, já com 50.

Onde o grau de risco pesa

O Anexo I da NR-04 classifica cada atividade. Alguns exemplos tirados da própria lista:

- Construção de edifícios (CNAE 41.20-4): grau 3.
- Construção de rodovias e ferrovias (42.11-1): grau 4.
- Instalações elétricas (43.21-5): grau 3.
- Produção de semiacabados de aço (24.21-1): grau 4.
- Abate de reses (10.11-2): grau 3.
- Atendimento hospitalar (86.10-1): grau 3.
- Desenvolvimento de software sob encomenda (62.01-5): grau 2.

Aplicando a tabela, um canteiro de edifícios com 120 trabalhadores precisa de um técnico; uma obra de rodovia com 60, também. Uma empresa de software com 900 pessoas precisa de um. Uma siderúrgica com 1.500 empregados precisa de cinco.

Por isso a construção e a indústria concentram a demanda. Não é só o volume de gente: é o grau de risco que antecipa a obrigação e multiplica o número de técnicos por faixa.

Dois detalhes que aumentam a conta

O primeiro está no item 4.5.2. Quando uma empresa contrata terceirizados para trabalho não eventual dentro das suas dependências, esses trabalhadores entram na conta do SESMT da contratante. Numa obra com várias empreiteiras, o total que define a equipe é o de todos que estão ali de forma contínua.

O segundo está no item 4.3.6. Se o estabelecimento tem mais de um técnico, a escala precisa garantir pelo menos um deles em cada turno que reúna 101 ou mais trabalhadores no grau 3, ou 50 ou mais no grau 4. Turno noturno em fábrica de risco alto, portanto, também precisa de técnico presente.

A norma ainda fixa a dedicação: o técnico cumpre 44 horas semanais no SESMT (item 4.3.5) e, nesse horário, não pode ser desviado para tarefas fora das atribuições do serviço (item 4.3.8).

O que o técnico faz no dia a dia

O item 4.3.1 lista as competências do SESMT, e elas desenham a rotina: participar do inventário de riscos e acompanhar o plano de ação do PGR, implementar medidas de prevenção, investigar acidentes e doenças do trabalho, orientar e treinar trabalhadores e manter contato com a CIPA. Há também uma atribuição que pesa: propor a interrupção imediata da atividade quando houver risco grave e iminente.

Quem chega à profissão pela introdução à segurança do trabalho logo percebe que a parte técnica anda junto com a de documentação. O inventário de riscos, por exemplo, depende de método, assunto de análise de riscos em segurança do trabalho.

Como se tornar técnico

O Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, do MEC, fixa o curso em pelo menos 1.200 horas. Ele pode ser feito integrado ao ensino médio, concomitante (durante o médio) ou subsequente (depois dele). Na modalidade a distância, no mínimo 20% da carga horária tem de ser presencial, e o estágio, quando previsto, é cumprido presencialmente.

Com o diploma, o passo seguinte é o registro profissional, pedido ao Ministério do Trabalho e Emprego. Sem ele, a Lei 7.410 não permite o exercício da profissão.

Quem já está no curso e quer ver a NR-04 por dentro, com as modalidades de SESMT e o registro do serviço, encontra o tema em básico de NR-4.

Perguntas frequentes

O que faz um técnico em segurança do trabalho?
Identifica riscos, participa do inventário de riscos e do PGR, implementa medidas de prevenção, investiga acidentes, treina trabalhadores e atua junto à CIPA. As competências estão no item 4.3.1 da NR-04.

Precisa de registro para trabalhar como técnico em segurança do trabalho?
Sim. A Lei 7.410/1985 condiciona o exercício da profissão à conclusão do curso técnico e ao registro no Ministério do Trabalho.

Quantas horas tem o curso técnico em segurança do trabalho?
Pelo Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, no mínimo 1.200 horas. Na modalidade EaD, pelo menos 20% da carga horária deve ser presencial.

A partir de quantos funcionários a empresa precisa de técnico de segurança?
Depende do grau de risco. Pelo Anexo II da NR-04, são 50 trabalhadores no grau 4, 101 no grau 3 e 501 nos graus 1 e 2.

Qual a carga horária do técnico em segurança do trabalho no SESMT?
44 horas por semana, conforme o item 4.3.5 da NR-04, respeitados acordos e convenções coletivas.

Técnico em segurança do trabalho pode fazer o curso a distância?
Pode, desde que pelo menos 20% da carga horária seja presencial e o estágio, quando houver, seja cumprido presencialmente.

Numa profissão em que a obrigação de contratar vem de uma tabela, quem lê o CNAE de uma empresa já sabe, antes do anúncio, se ali existe espaço para um técnico. ■

Leia no site: zine.portalidea.com.br/tecnico-em-seguranca-do-trabalho



NR-35: o que muda no treinamento de trabalho em altura

Desde julho de 2026, os treinamentos da NR-35 têm de ser presenciais. Quando a norma se aplica, carga horária, reciclagem e o prazo de quem fez o curso on-line.

Foto: Foto: Azraf Mohammod Nakib, via Pexels

POR PABLO MURAD

13 DE NOVEMBRO DE 2026

A NR-35 é a norma do Ministério do Trabalho e Emprego que regula qualquer atividade feita a mais de 2 metros do nível inferior quando há risco de queda. Ela vale para telhado, andaime, fachada, poste, torre, plataforma, caixa d'água e escada fixa, em qualquer setor. Em 2026 a regra de treinamento mudou: desde 16 de julho, data em que a Portaria MTE nº 1.259 saiu no Diário Oficial, os treinamentos da NR-35 têm de ser presenciais. Quem fez o curso inicial a distância tem até julho de 2027 para refazer ou completar a carga horária.

Quem procura "curso NR-35" na internet encontra de tudo, de aula de uma tarde a certificado on-line. Vale entender o que a norma pede antes de escolher.

Quando a NR-35 se aplica

O item 35.2.1 é curto: a norma se aplica a "toda atividade com diferença de nível acima de 2,0 m (dois metros) do nível inferior, onde haja risco de queda". As duas condições andam juntas. Um eletricista trocando lâmpada numa escada de 2,5 metros está no campo da norma. Um operário trabalhando numa laje a 10 metros, mas cercado por guarda-corpo completo, pode não ter risco de queda, e quem responde isso é a análise de risco.

A íntegra da NR-35 atualizada também traz anexos para acesso por corda, sistemas de ancoragem e escadas de uso individual.

Quem pode trabalhar em altura

Pela norma, só trabalha em altura quem foi **formalmente autorizado** pela empresa (item 35.4.1). A autorização junta três coisas:

1. **capacitação**: treinamento teórico e prático, concluído com aprovação;
2. **aptidão clínica**: avaliação de saúde conforme a NR-07, olhando para doenças que possam causar mal súbito e queda, e para fatores psicossociais. A aptidão precisa constar no atestado de saúde ocupacional (ASO);
3. **atividade definida**: a autorização considera o que o trabalhador vai fazer e precisa estar registrada nos documentos funcionais.

A empresa também deve ter um sistema de identificação que permita saber, a qualquer momento, o alcance da autorização de cada trabalhador. Um certificado sozinho, sem ASO e sem autorização, não libera ninguém para subir.

Carga horária e reciclagem do treinamento

Treinamento	Quando	Carga mínima	Base
Inicial	antes de começar a atividade	8 horas	NR-35, 35.4.2.1

Periódico (reciclagem)	a cada 2 anos	8 horas	NR-35, 35.4.2.2
Eventual	mudança de procedimento ou risco, acidente grave ou fatal, retorno após mais de 180 dias de afastamento	conforme a situação	NR-01, 1.7.1.2.3

O treinamento inicial precisa cobrir sete temas: normas aplicáveis, análise de risco e condições impeditivas, riscos e medidas de controle, proteção coletiva, EPI (seleção, inspeção, conservação e limites de uso), acidentes típicos e conduta em emergência, com noções de resgate e primeiros socorros. O conteúdo do periódico é definido pelo empregador.

As aulas devem ser dadas por instrutores com proficiência comprovada, sob responsabilidade de profissional qualificado ou legalmente habilitado em segurança do trabalho. Pela NR-01, o certificado deve trazer nome e assinatura do trabalhador, conteúdo, carga horária, data, local, nome e qualificação dos instrutores e assinatura do responsável técnico. E o tempo de treinamento conta como trabalho efetivo (item 1.7.2): é a empresa que treina, em horário de trabalho.

O que mudou com o treinamento presencial

A NR-01 permite, em regra, treinamentos a distância ou semipresenciais, desde que cumpridos os requisitos do seu Anexo II. A NR-35 agora é exceção. O novo item 35.4.5 diz que “os treinamentos previstos nesta NR devem ser realizados na modalidade presencial”, e o Ministério do Trabalho e Emprego confirmou que isso vale para o inicial, o periódico e o eventual.

Para a transição, o artigo 8º da portaria deu um ano, contado de 16 de julho de 2026, para as organizações refazerem o treinamento inicial presencialmente ou completarem a carga que não foi feita de forma presencial.

Um exemplo prático: uma empresa de manutenção predial contratou em 2025 um auxiliar que fez o treinamento inicial de NR-35 em formato híbrido, com a parte teórica on-line. A portaria deu prazo para esse caso: a empresa tem até julho de 2027 para completar presencialmente a parte que faltou. Quando a reciclagem dele vencer, já vai ser presencial.

A portaria trouxe ainda uma regra nova para escadas fixas verticais: o uso delas como acesso passa a exigir análise de risco, e é essa análise que define se o trabalhador precisa de sistema de proteção individual contra quedas. Há prazos de um a três anos, conforme o número de escadas da unidade.

Na opinião do Zine

A mudança para o presencial é acertada. A norma sempre exigiu treinamento "teórico e prático", e a parte prática de NR-35 é vestir cinto, inspecionar talabarte, conectar no ponto de ancoragem e simular um resgate. Nada disso se aprende vendo vídeo. Treinamento de oito horas feito em casa, no celular, resolvia o papel e deixava o risco intacto.

Para o trabalhador, a lição é desconfiar de certificado vendido avulso. O treinamento da NR-35 é obrigação do empregador, conta como hora trabalhada e depende de ASO e de autorização formal. Se outra empresa já treinou você, a NR-01 permite que a nova empresa avalie e aproveite esse treinamento, desde que o último tenha sido feito dentro do prazo da norma (item 1.7.7). Guarde seus certificados.

Para estudar o assunto

Cursos livres não substituem o treinamento da NR-35, mas ajudam quem quer entender a norma antes de entrar numa obra ou se preparar para uma vaga. O curso básico de NR-35 do Portal IDEA apresenta os conceitos da norma. O de análise de riscos em segurança do trabalho aprofunda o documento que define se a tarefa pode ou não começar, e o de montador de andaime mostra uma das funções em que a NR-35 está presente todos os dias.

Quem quer fazer carreira na área encontra no Zine o que pede a profissão de técnico em segurança do trabalho, que costuma conduzir esses treinamentos. Vagas aparecem no guia de vagas e estágios.

Perguntas frequentes

A partir de quantos metros vale a NR-35?
Acima de 2 metros do nível inferior, quando há risco de queda. As duas condições precisam existir juntas.

Qual a carga horária do curso NR-35?
O treinamento inicial tem no mínimo 8 horas e deve ser feito antes de começar a atividade. A reciclagem, chamada de treinamento periódico, é a cada dois anos, também com no mínimo 8 horas.

Curso de NR-35 on-line ainda vale?
Desde 16 de julho de 2026, os treinamentos da NR-35 devem ser presenciais. Quem fez o inicial a distância ou em formato híbrido tem até julho de 2027 para refazê-lo ou completar presencialmente a carga horária.

Quem paga o treinamento de NR-35?
O empregador. A NR-35 atribui à organização a autorização e a capacitação do trabalhador, e a NR-01 considera o tempo de treinamento como tempo de trabalho efetivo.

O certificado de NR-35 vale em outra empresa?
A nova empresa pode avaliar o treinamento anterior e convalidá-lo ou complementá-lo, considerando atividades, conteúdo, carga horária e se o último treinamento está dentro do prazo. A decisão é dela, e a autorização para trabalhar em altura é sempre emitida pela empresa atual.

Dois metros parecem pouco para quem olha de baixo. A NR-35 existe para que a decisão de subir seja tomada antes, ainda no chão, com análise de risco, treino de verdade e equipamento conferido. ■

Leia no site: zine.portalidea.com.br/nr-35



EDITORIA

06

Profissões

O que faz cada profissão e por onde começar.



Jovem aprendiz em 2026: idade, salário por hora, jornada e direitos

Quem pode ser jovem aprendiz, quanto ganha em 2026 conforme a jornada (sobre o mínimo-hora de R$ 7,37), quais direitos tem e em que o contrato difere do estágio.

Foto: Foto: Mikhail Nilov / Pexels

POR PABLO MURAD

12 DE NOVEMBRO DE 2026

Jovem aprendiz é quem tem entre 14 e 24 anos e trabalha com carteira assinada num contrato especial, que mistura prática na empresa e curso numa entidade formadora. Em 2026, com o salário mínimo de R$ 1.621, o valor por hora é de R$ 7,37, e é sobre ele que o salário do aprendiz é calculado: a CLT garante pelo menos o salário mínimo-hora, salvo condição mais favorável.

Quem procura "quanto ganha um jovem aprendiz" costuma encontrar um número solto. O número certo depende da jornada, e a jornada depende da escolaridade.

A conta do salário em 2026

O contrato do aprendiz fixa horas por semana. Para transformar horas em salário mensal, a prática usada para quem recebe por hora é multiplicar as horas semanais por 5 (o mesmo raciocínio que leva as 44 horas semanais de um contrato comum às 220 horas mensais), já com o descanso semanal incluído. Com o mínimo-hora de 2026:

Jornada	Horas no mês	Salário mínimo do aprendiz
4 h por dia, 20 h por semana	100	R$ 737,00
6 h por dia, 30 h por semana	150	R$ 1.105,50
8 h por dia, 40 h por semana	200	R$ 1.474,00

É o piso legal. Convenção coletiva da categoria ou a própria empresa podem pagar mais. Antes de assinar, vale conferir no contrato o valor por hora e o total de horas.

Além do salário, o Ministério do Trabalho lista os direitos do aprendiz: 13º salário, férias (de preferência nas férias escolares), vale-transporte e FGTS. O depósito do FGTS é de 2% do salário, e não 8% como nos contratos comuns, por regra do art. 15, § 7º, da Lei 8.036/1990. Num salário de R$ 1.105,50, são R$ 22,11 por mês.

A jornada tem limites próprios

Pelo artigo 432 da CLT, o aprendiz trabalha no máximo 6 horas por dia, sem hora extra e sem compensação de jornada. O limite sobe para 8 horas diárias para quem já concluiu o ensino fundamental, desde que as horas do curso teórico estejam dentro dessas 8.

Para menores de 18 anos, a Constituição (art. 7º, XXXIII) proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre. É por isso que a mesma empresa pode ter vaga de aprendiz em um setor e não em outro.

Idade, escola e curso: as três condições do contrato

O artigo 428 da CLT pede três coisas para o contrato valer: anotação na carteira de trabalho, matrícula e frequência na escola (para quem ainda não terminou o ensino médio) e inscrição num programa de aprendizagem de uma entidade qualificada. O limite de 24 anos não se aplica a aprendizes com deficiência.

O contrato dura no máximo 2 anos, também com exceção para pessoas com deficiência. Ele termina no prazo combinado ou quando o aprendiz completa 24 anos, e pode acabar antes em casos previstos no artigo 433: desempenho insuficiente ou inadaptação, falta disciplinar grave, ausência injustificada à escola que cause perda do ano letivo, ou pedido do próprio aprendiz.

O curso não é detalhe. Segundo o Ministério do Trabalho, mais de 4 mil entidades formadoras estão cadastradas no país, entre elas Senai, Senac, Senar, Senat e Sescoop, escolas técnicas e organizações sem fins lucrativos. A escolha do curso define o que o aprendiz leva quando o contrato acaba, e merece a mesma atenção que a escolha da empresa.

Aprendiz e estagiário não são a mesma coisa

As duas vagas aparecem juntas nos sites de oportunidade, mas funcionam por leis diferentes:

	Jovem aprendiz	Estagiário
Lei	CLT, arts. 428 a 433	Lei 11.788/2008
Carteira assinada	Sim	Não
Idade	14 a 24 anos (sem limite para PcD)	Qualquer idade, desde que estudante matriculado
Remuneração	Pelo menos o mínimo-hora	Bolsa, sem valor mínimo em lei
FGTS e 13º	Sim (FGTS de 2%)	Não
Descanso anual	Férias	Recesso de 30 dias
Quem forma	Entidade formadora	Instituição de ensino

O tempo como aprendiz conta como emprego formal, com contribuição ao INSS. O estágio, não, a menos que o estudante contribua por conta própria como segurado facultativo. Mais detalhes sobre o outro lado estão na matéria do Zine sobre a lei do estágio.

Quem é obrigado a contratar

Estabelecimentos com pelo menos sete empregados em funções que demandam formação profissional precisam ter entre 5% e 15% de aprendizes nessas

funções (art. 429 da CLT e orientação do Ministério do Trabalho). Fração de aprendiz vira um aprendiz inteiro na conta.

Para quem está chegando ao primeiro emprego, o contrato de aprendizagem ensina também o que nenhum curso técnico cobre: rotina, hierarquia, prazos, como falar com cliente. O curso de ética e projeto de vida ajuda a pensar o que fazer com essa experiência, e o de comunicação organizacional trata de como a informação circula numa empresa. Quem trabalha no RH e cuida da folha dos aprendizes encontra a parte prática no curso de departamento pessoal. Os três são gratuitos no Portal IDEA.

Perguntas frequentes

Qual a idade para ser jovem aprendiz?
De 14 anos completos até 24 anos incompletos. Para pessoas com deficiência, não há idade máxima.

Quanto ganha um jovem aprendiz em 2026?
Pelo menos R$ 7,37 por hora, o salário mínimo-hora de 2026. Numa jornada de 30 horas semanais, isso dá R$ 1.105,50 por mês. A empresa ou a convenção coletiva podem pagar mais.

Jovem aprendiz tem direito a 13º e férias?
Tem. O aprendiz é empregado com carteira assinada e recebe 13º salário, férias, vale-transporte e FGTS de 2%.

Pode ser jovem aprendiz com 14 anos?
Pode. A Constituição permite o trabalho a partir dos 14 anos apenas na condição de aprendiz. Até os 18, ficam proibidos trabalho noturno, perigoso e insalubre.

Jovem aprendiz conta como estágio?
Não. São contratos diferentes: o aprendiz é empregado pela CLT, e o estagiário segue a Lei 11.788/2008, sem vínculo de emprego.

O que acontece se o aprendiz faltar à escola?
Faltas injustificadas que levem à perda do ano letivo estão entre os motivos de encerramento antecipado do contrato, pelo artigo 433 da CLT.

Um contrato de dois anos, com curso incluído, numa idade em que quase ninguém tem experiência para mostrar, vale mais do que o salário da tabela. Na hora de escolher entre duas vagas, o curso e o que se aprende na prática pesam tanto quanto a diferença de alguns reais por mês. ■

Leia no site: zine.portalidea.com.br/jovem-aprendiz



Curso de vigilante: requisitos e regras do novo estatuto

O Estatuto da Segurança Privada e o decreto de 2026 mudaram a formação do vigilante: aulas presenciais, homologação pela Polícia Federal e documento com validade.

Foto: Foto: M1DDL3 M7N, via Pexels

POR PABLO MURAD

13 DE NOVEMBRO DE 2026

O curso de vigilante continua sendo a porta de entrada da profissão, e em 2026 as regras ficaram mais claras. Para trabalhar como vigilante é preciso ter pelo menos 21 anos, ensino fundamental completo, aptidão em exame físico, mental e psicológico, ficha limpa para crimes dolosos e um curso de formação de no mínimo 200 horas, feito em escola autorizada pela Polícia Federal. Os requisitos estão no Estatuto da Segurança Privada, a Lei 14.967/2024, que substituiu a lei de 1983. O Decreto 13.012, de 9 de junho de 2026, regulamentou o estatuto e acrescentou dois pontos que o candidato precisa conhecer: as aulas são presenciais e o certificado só vale depois de homologado pela Polícia Federal.

Isso resolve uma dúvida frequente de quem procura curso de vigilante pela internet.

Os requisitos, conforme o artigo 28

Requisito	O que pede o estatuto
Nacionalidade	ser brasileiro, nato ou naturalizado
Idade	21 anos ou mais
Saúde	ser considerado apto em exame de saúde física, mental e psicológica
Formação	curso de formação específico, concluído com aproveitamento
Antecedentes	não ter antecedentes criminais por crime doloso, nem estar cumprindo pena sem reabilitação
Obrigações	estar quite com as obrigações eleitorais e militares
Escolaridade	ensino fundamental completo (vigilante supervisor: ensino médio)
Vínculo	estar contratado por empresa de segurança ou por empresa ou condomínio com serviço orgânico de segurança

Dois detalhes evitam confusão. O primeiro: o contrato com empresa é exigido para trabalhar, mas não para estudar. O § 4º do artigo 28 diz que a matrícula na escola de formação não depende de contratação, então dá para fazer o curso antes de ter emprego. O segundo: quem já tinha concluído o curso de formação quando o estatuto entrou em vigor não precisa comprovar a escolaridade nova (§ 7º).

Outras funções da segurança privada têm regras próprias. Operador de sistema eletrônico de segurança, técnico externo e supervisor de monitoramento podem começar aos 18 anos, mas precisam de ensino médio. Operador

e técnico externo, pela lei, não podem portar arma nem fazer revista pessoal em nenhuma situação.

O curso de formação de vigilante

O estatuto fixa a carga mínima: 200 horas no curso de formação e 50 horas nos cursos de aperfeiçoamento e de atualização (art. 26, § 2º). O conteúdo, a carga detalhada e os demais requisitos de cada curso ficam em ato normativo da Polícia Federal, como determina o artigo 30 do decreto.

O decreto lista 14 cursos. Os principais para quem está começando:

- **formação de vigilante**, que habilita para a vigilância patrimonial e é pré-requisito de todos os outros;
- **aperfeiçoamento** em transporte de valores, escolta, segurança pessoal ou segurança de eventos, cada um habilitando para uma atividade específica;
- **atualização**, que renova a habilitação em cada área;
- **formação de vigilante supervisor**, para o controle operacional dos serviços.

O ponto mais importante para quem pesquisa preço e formato está no § 11 do artigo 30: as aulas dos cursos de formação, aperfeiçoamento e atualização devem ser presenciais. A exceção é para situações como pandemias e catástrofes naturais, quando a Polícia Federal pode autorizar aulas teóricas a distância. Um anúncio de “curso de vigilante 100% on-line com certificado” não forma vigilante.

Homologação: o passo que o aluno não vê

Terminar o curso na escola não basta. O decreto diz que o registro do vigilante depende da homologação do curso pela Polícia Federal, que confere três coisas: se o aluno cumpre os requisitos da profissão, se o curso foi regular e se a escola está em situação regular. Só depois disso o aluno aprovado recebe o certificado, emitido eletronicamente pela própria Polícia Federal e válido no país todo.

Por isso vale fazer uma checagem antes de pagar matrícula: a escola é autorizada pela Polícia Federal? Escolas de formação precisam de autorização para funcionar, e uma escola irregular pode significar um curso que não será homologado. Quem não atende a algum requisito, como a idade mínima ou a ficha criminal, também corre o risco de concluir o curso e ter o registro negado.

O documento de vigilante vale dois anos

Com o curso homologado, a Polícia Federal emite o documento de identificação profissional, de padrão único, também em formato eletrônico. Pelo artigo 56 do decreto, ele tem validade de dois anos, é de porte obrigatório em serviço e serve como prova de identidade civil. O artigo 55 condiciona a emissão a um curso de formação, aperfeiçoamento ou atualização válido. Na prática, a carreira do vigilante tem calendário: deixar o curso de atualização vencer significa ficar sem documento válido para trabalhar.

Direitos previstos no estatuto

O artigo 29 lista os direitos do vigilante, todos pagos pelo empregador:

1. atualização profissional;
2. uniforme especial, autorizado pela Polícia Federal;
3. porte de arma de fogo quando em efetivo serviço, nos termos da lei;
4. equipamentos de proteção individual e de trabalho em bom estado;
5. seguro de vida em grupo;
6. assistência jurídica por ato decorrente do serviço;
7. piso salarial fixado em acordo ou convenção coletiva.

O piso é negociado por sindicato e varia de estado para estado. A convenção coletiva também pode adotar a escala de 12 horas de trabalho por 36 de descanso, com regras próprias de intervalo e de folga (art. 29, § 4º). Antes de aceitar uma vaga, peça para ver qual convenção se aplica: é ali que estão salário, adicional e escala.

O que estudar antes e durante

O curso oficial é presencial e da escola autorizada. Cursos livres não substituem nenhuma etapa dele, mas ajudam quem quer chegar mais preparado ou quer começar por uma função vizinha. O curso de noções de primeiros socorros do Portal IDEA trata do atendimento inicial a vítimas, situação comum em portaria, evento e patrimônio. O de segurança e gerenciamento de crise aborda conduta em ocorrências. E quem ainda não tem 21 anos, ou quer experiência em controle de acesso antes da formação de vigilante, encontra no curso de porteiro a rotina da função.

Vagas de segurança e de outras áreas aparecem no guia de vagas e estágios do Zine, que reúne sites de oportunidades.

Perguntas frequentes

Qual a idade mínima para ser vigilante?
21 anos, pelo artigo 28 do Estatuto da Segurança Privada. Para operador de sistema eletrônico de segurança, técnico externo e supervisor de monitoramento, a idade mínima é de 18 anos, com ensino médio.

Precisa ter ensino médio para fazer o curso de vigilante?
Não. Para vigilante, o estatuto exige ensino fundamental completo. O ensino médio é exigido do vigilante supervisor e das funções de sistema eletrônico de segurança.

Curso de vigilante on-line vale?
Pelo Decreto 13.012/2026, as aulas de formação, aperfeiçoamento e atualização são presenciais. Só em situação excepcional, como pandemia ou catástrofe, a Polícia Federal pode autorizar aulas teóricas a distância. Sem curso homologado pela Polícia Federal, não há registro de vigilante.

Quantas horas tem o curso de vigilante?
O mínimo legal é de 200 horas para a formação e de 50 horas para aperfeiçoamento e atualização. A distribuição do conteúdo é definida pela Polícia Federal.

Quem tem antecedentes criminais pode ser vigilante?
O estatuto impede quem tem antecedentes registrados por crime doloso e ainda está cumprindo pena ou não obteve reabilitação, nos termos do Código Penal. Crimes culposos não entram nessa vedação.

Precisa estar empregado para fazer o curso?
Não. A matrícula na escola de formação não exige contrato com empresa. O vínculo com empresa de segurança, ou com empresa ou condomínio que tenha serviço orgânico, é exigido para exercer a atividade.

O estatuto trocou uma lei de 1983 por regras que levam a sério a formação: curso presencial, homologação federal e documento com prazo de validade. Para o candidato, isso significa menos atalho e mais segurança de que o certificado vai valer na hora da contratação. ■

Leia no site: zine.portalidea.com.br/curso-de-vigilante



EDITORIA

07

Saúde

Cuidar do corpo e da mente, e de quem precisa de cuidado.



Técnico de enfermagem em concurso: o que os editais pedem além do diploma

O que os editais federais pedem do técnico de enfermagem além do diploma e do Coren, com as vagas e salários do CNU 2 e o piso da Lei 14.434.

Foto: Foto: Viktors Duks / Pexels

POR PABLO MURAD

12 DE NOVEMBRO DE 2026

Para disputar um concurso de técnico de enfermagem, o mínimo é o diploma do curso técnico e a inscrição no Coren, exigida pela Lei 7.498/1986 para qualquer pessoa que exerça a enfermagem. Só que nos editais federais mais recentes esse mínimo cobriu uma parte pequena das vagas. No segundo Concurso Nacional Unificado, a maioria das vagas de nível técnico ligadas à enfermagem pediu também um curso de especialização técnica, o chamado pós-técnico.

A diferença aparece quando se lê o edital cargo a cargo.

O que o CNU 2 pediu, vaga por vaga

O Anexo VIII do edital Enap nº 114/2025, que detalha o bloco de saúde, traz a formação exigida em cada código. Separando os cargos de enfermagem de nível técnico:

Código	Órgão e especialidade	Vagas	Exigência além do técnico com registro no conselho
B8-02-M	Ministério da Saúde (RJ), técnico de enfermagem em enfermarias e terapias intensivas	43	Especialização técnica em UTI
B8-02-H	Ministério da Saúde (RJ), técnico em enfermagem oncológica	16	Especialização técnica em enfermagem oncológica ou áreas afins
B8-02-F	Ministério da Saúde (RJ), centro cirúrgico e central de material	14	Curso técnico ou especialização em instrumentação cirúrgica
B8-02-G	Ministério da Saúde (RJ), CTI adulto e pediátrico	6	Especialização técnica em UTI ou áreas afins
B8-02-N	Ministério da Saúde (RJ), centro cirúrgico	4	Curso técnico ou especialização em instrumentação cirúrgica
B8-02-L	Ministério da Saúde (RJ), enfermagem em hemodinâmica	2	Nenhuma
B8-01-E	Hospital das Forças Armadas (DF), técnico em atividades médico-hospitalares, enfermagem	20	Nenhuma

Somadas, são 83 vagas que dependiam de um certificado de pós-técnico e 22 que aceitavam só o curso técnico com registro no conselho. Quem tinha

apenas o diploma ficou fora de quase quatro em cada cinco dessas vagas antes mesmo da prova.

O detalhe importa porque a especialização é um segundo curso, com carga horária própria, e o edital pede o diploma registrado dele. Não dá para resolver isso entre a inscrição e a prova.

Quanto pagavam esses cargos

Os valores constam do mesmo anexo, na data do edital:

- **Técnico de enfermagem do Ministério da Saúde.** Vencimento de R$ 2.078,66 mais gratificação de desempenho (GDPST) de R$ 1.984,80, o que dá R$ 4.063,46 para 40 horas semanais. Depois da primeira avaliação, com 100 pontos, a gratificação sobe para R$ 2.481,00.
- **Técnico Classe A-I do Ministério da Saúde.** Vencimento de R$ 3.104,27 mais gratificação de desempenho (GDACT) de R$ 610,40. Há ainda uma gratificação de qualificação para quem soma cursos de no mínimo 40 horas cada: R$ 862,51 a partir de 180 horas, R$ 1.353,60 a partir de 250 e R$ 2.130,27 a partir de 360.
- **Técnico do Hospital das Forças Armadas.** Remuneração inicial de R$ 4.085,06, com 40 horas semanais.

Repare na gratificação de qualificação do cargo A-I. Nessa carreira, formação continuada vira salário, e não só pontuação.

Onde fica o piso da enfermagem

A Lei 14.434/2022 fixou o piso do enfermeiro em R$ 4.750 e o do técnico de enfermagem em 70% desse valor, ou R$ 3.325. O Supremo, ao julgar a ADI 7222, condicionou a aplicação: estados, Distrito Federal e municípios pagam o piso na medida dos repasses federais, a carga horária reduzida dá direito a piso proporcional e, para celetistas em geral, a implementação passa por negociação coletiva. O resumo oficial está na página do Ministério da Previdência sobre a ADI 7222.

Na prática, o piso funciona como referência para comparar editais de prefeituras e estados. Um concurso municipal que oferece menos de R$ 3.325 para 40 horas merece leitura atenta da tabela de vencimentos e das gratificações antes da inscrição.

O que a prova cobra

As descrições de atividades do CNU 2 dão uma boa pista do que os órgãos esperam do técnico. Duas áreas se destacam: controle de infecção e biossegurança, citados em vários códigos, e registro em prontuário.

A primeira tem norma própria no trabalho em serviços de saúde, a NR-32, tema de básico de NR-32. A segunda está no texto do próprio HFA, que lista entre as atividades o "registro de informações em prontuários: documentação precisa dos cuidados prestados", assunto de comunicação e registro de enfermagem.

Em concursos de prefeituras e secretarias de saúde, quando o edital inclui legislação do SUS, um bom ponto de partida é a introdução ao Sistema Único de Saúde. Confira sempre o conteúdo programático do edital que você vai fazer.

O caminho até a vaga

O Catálogo Nacional de Cursos Técnicos fixa o curso técnico em enfermagem em no mínimo 1.200 horas, mais estágio supervisionado quando previsto. Na modalidade a distância, pelo menos metade da carga horária tem de ser presencial, e o estágio é sempre presencial. O mesmo catálogo lista as especializações técnicas da área, entre elas terapia intensiva, oncologia, instrumentação cirúrgica, centro cirúrgico e urgência e emergência.

Depois do diploma vem a inscrição no Coren do estado onde se vai trabalhar. Pela Lei 7.498, o técnico atua em nível médio, executa ações de enfermagem que não sejam privativas do enfermeiro e, em instituições de saúde, trabalha sob orientação e supervisão de enfermeiro.

Os editais abertos de várias bancas e órgãos estão reunidos na página de concursos do Zine.

Perguntas frequentes

O que é preciso para fazer concurso de técnico de enfermagem?
Diploma de curso técnico em enfermagem reconhecido pelo MEC e inscrição no Coren. Muitos editais federais pedem também especialização técnica em uma área, como UTI ou instrumentação cirúrgica.

Quanto ganha um técnico de enfermagem em concurso federal?
No CNU 2, o cargo de técnico de enfermagem do Ministério da Saúde pagava R$ 4.063,46 iniciais, e o do Hospital das Forças Armadas, R$ 4.085,06, ambos para 40 horas semanais, conforme o anexo do edital.

Qual é o piso salarial do técnico de enfermagem?
A Lei 14.434/2022 fixou R$ 3.325, que corresponde a 70% do piso do enfermeiro. O STF condicionou a aplicação a repasses federais no setor público e a negociação coletiva no setor privado.

O que é pós-técnico em enfermagem?
É um curso de especialização técnica feito depois do curso técnico, voltado a uma área como terapia intensiva, oncologia ou centro cirúrgico. O Catálogo Nacional de Cursos Técnicos lista as opções.

Técnico de enfermagem pode trabalhar sem Coren?
Não. A Lei 7.498/1986 só permite o exercício da enfermagem a quem está inscrito no Conselho Regional de Enfermagem da área onde trabalha.

Curso técnico de enfermagem pode ser EaD?
Pode, desde que pelo menos 50% da carga horária seja presencial e o estágio seja cumprido presencialmente, conforme o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

Para quem está terminando o técnico agora, a escolha do pós-técnico pesa tanto quanto a preparação para a prova: é ela que define em quais vagas a inscrição é possível. ■

Leia no site: zine.portalidea.com.br/tecnico-de-enfermagem-concurso



Agente comunitário de saúde: requisitos, salário e como entrar

Morar na área desde o edital, ter ensino médio e fazer o curso de 40 horas. O que a Lei 11.350 exige, o piso de dois salários mínimos e como estudar.

Foto: Foto: Cristine Rochol/PMPA, via Wikimedia Commons

POR PABLO MURAD

13 DE NOVEMBRO DE 2026

Para ser agente comunitário de saúde, a lei pede três coisas: morar na área em que vai trabalhar desde a data em que o edital é publicado, ter ensino médio completo e concluir um curso de formação inicial de 40 horas. A contratação passa por processo seletivo público, e o vencimento não pode ficar abaixo de dois salários mínimos, o que dá R$ 3.242 em 2026. As regras estão na Lei 11.350/2006, que foi reescrita em boa parte em 2018, e no artigo 198 da Constituição, alterado em 2022.

Das três exigências, a da residência é a que mais derruba candidato. E a do ensino médio tem uma saída pouco conhecida.

O que faz um agente comunitário de saúde

O artigo 3º da lei define a função como prevenção de doenças e promoção da saúde, com ações em casa e na comunidade, dentro das diretrizes do SUS. O parágrafo 2º diz qual é a atividade principal: visitas domiciliares de rotina, casa a casa, para encontrar pessoas com sinais de doença ou agravos e encaminhá-las à unidade de saúde.

No dia a dia isso inclui cadastrar as famílias, acompanhar gestantes, crianças e pessoas com doenças crônicas, conferir a situação vacinal de grupos de risco e acompanhar condicionalidades de programas sociais em parceria com o Cras. O agente com curso técnico pode ir além, sempre assistido por um profissional de nível superior da equipe: aferir pressão e medir glicemia capilar em caráter excepcional, durante a visita, e orientar a administração de remédios em domicílio (art. 3º, § 4º).

É uma porta de entrada no SUS para quem tem ensino médio, e uma das poucas carreiras em que conhecer o bairro conta como qualificação.

Os requisitos, um por um

Requisito	O que a lei diz	Onde costuma dar problema
Residência	morar na área da comunidade desde a data de publicação do edital (art. 6º, I)	mudança depois do edital, comprovante em nome de terceiro
Escolaridade	ensino médio completo (art. 6º, III)	candidato com fundamental só entra se ninguém com médio se inscrever
Formação inicial	curso com aproveitamento, mínimo de 40 horas (art. 6º, II)	o momento do curso varia por edital
Seleção	processo seletivo público de provas ou de provas e títulos (art. 9º)	contratação sem seleção é irregular

A regra da residência. A área é definida pelo município, seguindo parâmetros do Ministério da Saúde e considerando geografia, zona urbana ou rural e vulnerabilidade da população. O agente não pode atuar fora dela. A residência é cobrada também depois: o artigo 10 permite rescindir o contrato de quem deixa de morar na área ou apresentou declaração falsa de residência. Há duas exceções na própria lei. A área muda se houver ameaça ao agente ou à família dele, e quem compra casa própria fora da área pode continuar na mesma equipe, com possibilidade de remanejamento.

Na prática, a pergunta a fazer antes de se inscrever é: em que microárea eu moro, e o edital abriu vaga para ela? Editais municipais podem dividir as vagas por microárea ou por unidade de saúde. Quando isso acontece, o candidato concorre só com os vizinhos.

A escolaridade. Desde 2018 a lei exige ensino médio. O § 1º do artigo 6º abre uma exceção: se nenhum inscrito tiver ensino médio, o município pode contratar quem tem só o fundamental, que terá três anos para comprovar a conclusão. Para quem parou no meio do caminho, o certificado do Encceja resolve a exigência com uma prova gratuita. O resultado da edição 2026 sai em 14 de dezembro.

O curso de 40 horas. A lei diz que o curso precisa ser concluído com aproveitamento, mas não diz em que momento. O edital de cada município define se ele é etapa do processo seletivo ou condição para começar a trabalhar. Os parâmetros são do Ministério da Saúde, e o artigo 5º manda oferecer esses cursos de forma presencial ou semipresencial, durante a jornada. Depois de contratado, o agente ainda faz cursos de aperfeiçoamento a cada dois anos. Cursos livres não substituem essa formação oficial; servem para estudar antes da prova.

Quanto ganha um agente comunitário de saúde

A Emenda Constitucional 120, de maio de 2022, colocou no artigo 198 da Constituição que o vencimento do agente comunitário de saúde e do agente de combate às endemias “não será inferior a 2 (dois) salários mínimos”, com recursos repassados pela União. Com o salário mínimo de R$ 1.621 fixado pelo Decreto 12.797/2025, o piso de 2026 é de R$ 3.242 por mês, para jornada de 40 horas semanais.

A mesma emenda garante adicional de insalubridade somado ao vencimento e aposentadoria especial. Estados e municípios podem acrescentar gratificações e incentivos próprios, e é aí que um edital se diferencia do outro. O valor do piso é o vencimento-base: descontos de previdência e imposto saem dele, e os adicionais entram por cima.

A mudança de lógica pesa. Antes da emenda, o piso era um valor fixo em reais escrito na lei (R$ 1.550 desde 2021), que dependia de nova lei para subir. Ao amarrar o vencimento ao salário mínimo, a Constituição fez o piso acompanhar o reajuste anual do mínimo. Poucas carreiras de nível médio têm a base salarial protegida no texto constitucional.

Agente comunitário ou agente de endemias?

As duas profissões estão na mesma lei e têm o mesmo piso, mas o trabalho é diferente. O agente comunitário cuida das famílias de uma microárea, ligado à equipe de saúde da família. O agente de combate às endemias faz vigilância e controle de doenças, como a dengue: vistoria imóveis, elimina criadouros, monitora armadilhas. Para ele, a lei pede ensino médio e o curso de 40 horas (art. 7º), sem a exigência de morar na área.

O trabalho do agente de endemias ganhou uma frente nova com os mosquitos com *Wolbachia*, que dependem de monitoramento semanal por armadilhas. O Zine explicou o que a ciência mostra sobre o método Wolbachia.

Como se preparar para a prova

O conteúdo é definido em cada edital, e é comum aparecerem língua portuguesa, matemática básica e conhecimentos específicos: SUS, atenção básica e a própria Lei 11.350. O curso preparatório para agente comunitário de saúde do Portal IDEA cobre esse recorte. Para a parte de legislação do sistema, a introdução ao Sistema Único de Saúde organiza os princípios e a estrutura do SUS, e o curso sobre o agente comunitário e a Estratégia Saúde da Família mostra como a equipe funciona.

Os processos seletivos abertos aparecem no radar de concursos do Zine. Quem pretende seguir na saúde depois, com formação técnica, encontra no Zine o que os editais pedem do técnico de enfermagem em concurso.

Perguntas frequentes

Precisa ter ensino médio para ser agente comunitário de saúde?
Sim, desde a Lei 13.595/2018. Só se nenhum candidato com ensino médio se inscrever o município pode contratar quem tem o fundamental, e essa pessoa terá até três anos para concluir o médio.

Quanto ganha um agente comunitário de saúde em 2026?
O vencimento mínimo é de dois salários mínimos, R$ 3.242 por mês em 2026, para 40 horas semanais. Somam-se o adicional de insalubridade e eventuais gratificações do município.

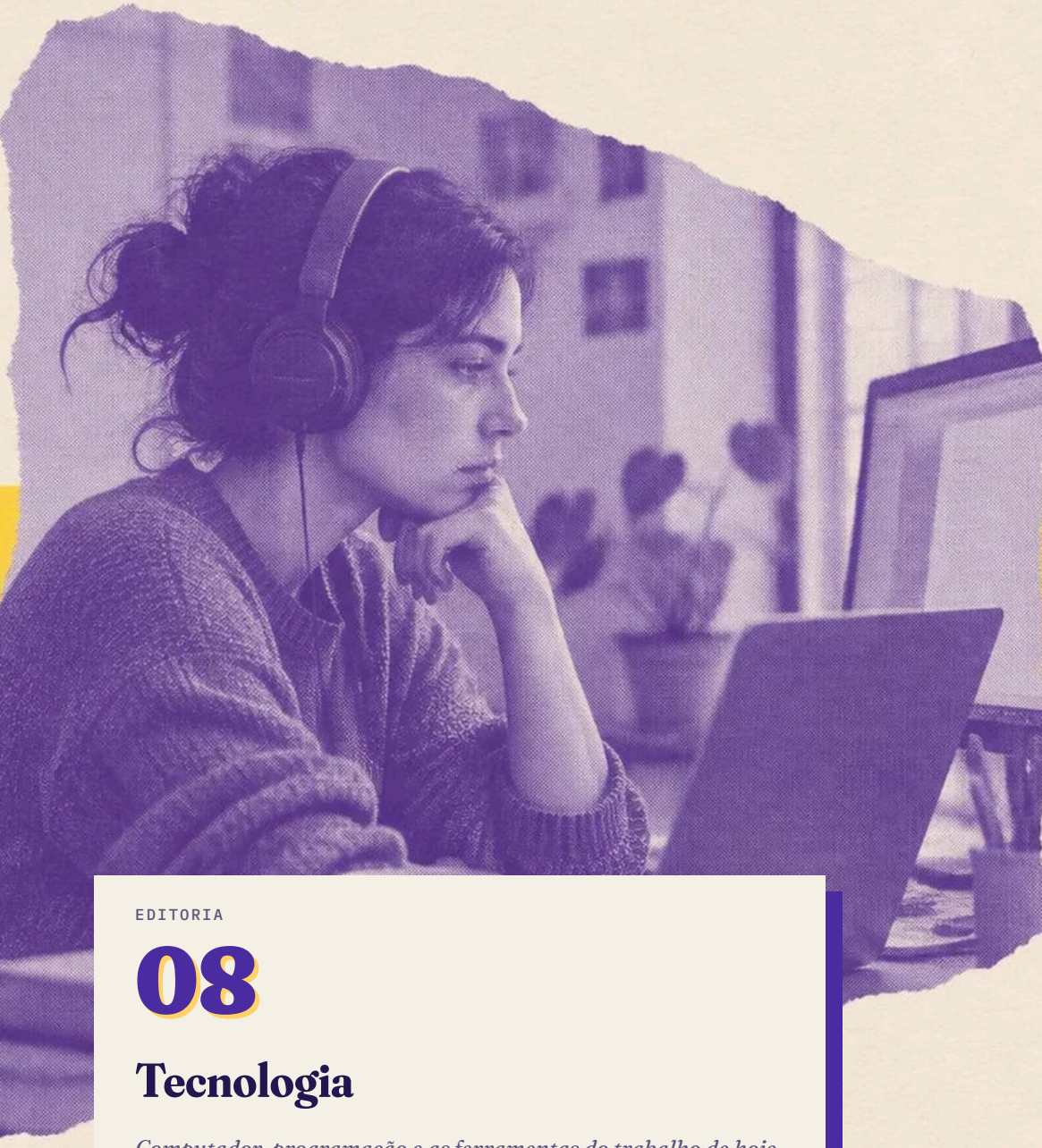
Posso me mudar depois de aprovado?
A lei exige que o agente continue morando na área. Mudar para fora dela pode levar à rescisão do contrato. As exceções são ameaça à integridade do agente ou da família e compra de casa própria fora da área, que permite seguir na mesma equipe.

O curso de 40 horas pode ser feito pela internet?
A lei manda oferecer os cursos dos agentes de forma presencial ou semipresencial, com parâmetros do Ministério da Saúde. O momento do curso é definido no edital. Cursos livres on-line ajudam a estudar, mas não substituem essa formação.

Agente comunitário de saúde é servidor público?
Depende do regime adotado pelo município. A lei exige processo seletivo público e lista as hipóteses em que o contrato pode ser rescindido, mas o vínculo (estatutário ou CLT) varia de lugar para lugar. O edital informa qual é.

A exigência de morar na área parece burocracia e é o contrário disso: é o que dá sentido à função. Um agente que conhece a rua sabe quem não vai à unidade de saúde, e nenhum sistema de cadastro substitui esse conhecimento. ■

Leia no site: zine.portalidea.com.br/agente-comunitario-de-saude

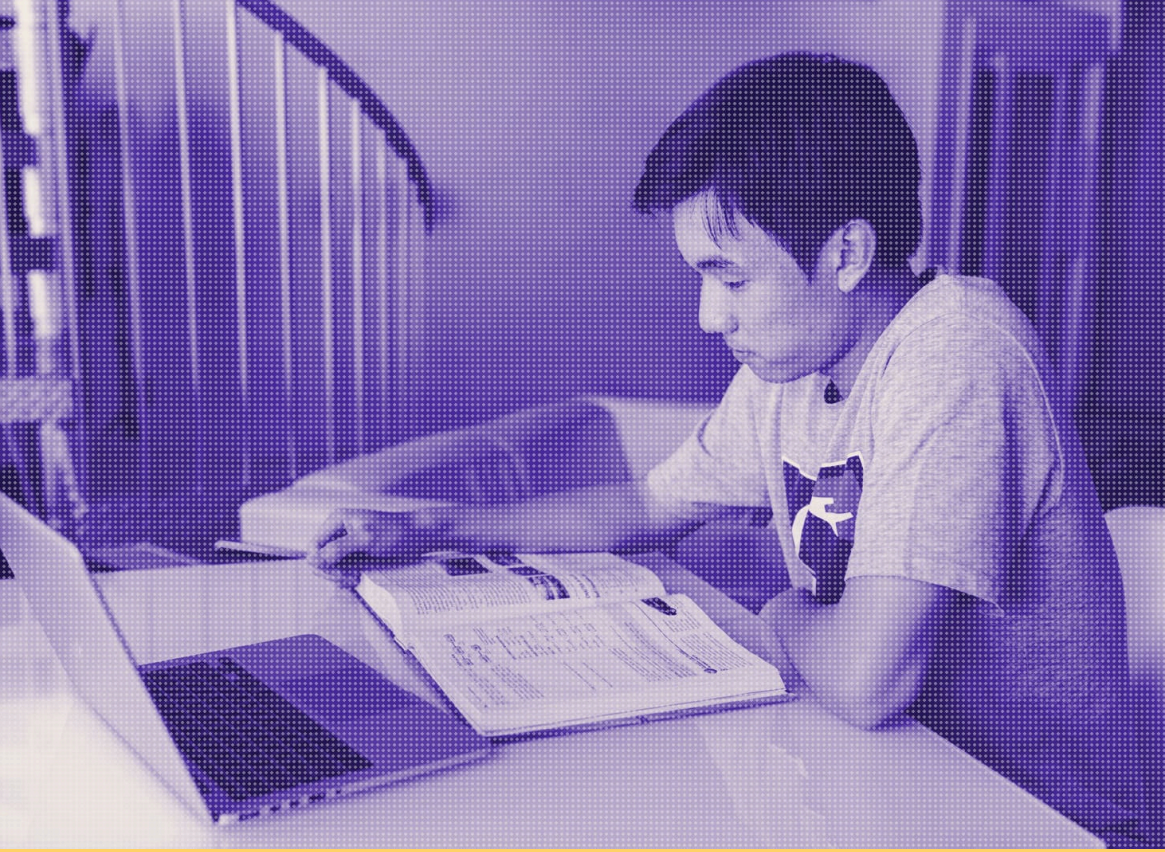


EDITORIA

08

Tecnologia

Computador, programação e as ferramentas do trabalho de hoje.



Informática para concurso: o que os editais de 2026 cobram de verdade

Dois editais de 2026, dois extremos: a PMMA ainda lista Internet Explorer e Outlook Express, a ALECE pede IA e técnicas de prompt. O que estudar e com que peso.

Foto: Foto: RDNE Stock project / Pexels

POR PABLO MURAD

12 DE NOVEMBRO DE 2026

Informática para concurso é a disciplina em que o edital mais envelhece. Dois editais publicados em 2026 mostram a distância: o da Polícia Militar do Maranhão ainda lista o Internet Explorer e o Outlook Express no conteúdo, e o da Assembleia Legislativa do Ceará pede noções de inteligência artificial e técnicas de prompt. O que estudar, então, não sai de uma lista genérica de "informática básica". Sai do seu edital, lido com atenção ao peso que a disciplina tem na prova.

PMMA: o navegador que a Microsoft aposentou continua no edital

O edital do concurso de soldado da PMMA, organizado pelo Cebraspe, traz em Noções de Informática o item "Programas de navegação (Microsoft Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome)" e, logo abaixo, "Programas de correio eletrônico (Outlook Express e Mozilla Thunderbird)". Também pede edição de textos e planilhas nos "ambientes Microsoft Office e BrOffice".

A Microsoft encerrou o suporte ao aplicativo do Internet Explorer 11 em 15 de junho de 2022 na maior parte das versões do Windows 10. Mesmo assim, o item está no edital, e o que está no edital pode ser cobrado.

O peso não é pequeno. Para Soldado do Quadro de Praças, a informática ficou nos conhecimentos específicos, a parte da prova com 70 itens e nota mínima de 21 pontos, e cada item errado tira um ponto. Pular a disciplina porque o conteúdo parece velho custa caro.

Na prática, questões sobre navegador tendem a cobrar o que é comum a todos eles: histórico, favoritos, abas, navegação anônima, downloads, atalhos. Estudar esses recursos no Chrome e no Firefox e conferir questões antigas da banca sobre o IE costuma cobrir o item sem precisar instalar nada antigo.

ALECE: IA no programa, cinco questões na prova

O concurso da Assembleia Legislativa do Ceará, com edital de maio de 2026 e banca Idecan, vai para o outro extremo. O programa de Noções de Informática cita Microsoft 365 (Word, Excel, PowerPoint, OneDrive e SharePoint), reuniões on-line no Teams, no Meet e no Zoom, Firefox e Chrome (sem Internet Explorer) e um item 9 inteiro chamado "Tecnologias emergentes no setor público", com conceitos básicos de inteligência artificial e técnicas de prompts.

O detalhe que muda o plano de estudo está na tabela da prova objetiva. Para Analista Legislativo, informática vale 5 questões de peso 1, ou 5 dos 120 pontos da objetiva. Para Técnico Legislativo, a disciplina nem aparece: no lugar dela entra Raciocínio Lógico. A informática ainda serve de critério

de desempate, mas só depois da idade, dos conhecimentos específicos, da discursiva, de Língua Portuguesa e de Legislação.

O conteúdo da ALECE é mais atual e mais interessante. Ainda assim, quem gastar semanas em prompts para disputar 5 pontos estará estudando a coisa certa na proporção errada.

O que os dois editais têm em comum

Os dois programas são muito diferentes na superfície e quase iguais no miolo. Ambos cobram sistema operacional (Windows e Linux), editor de texto e planilha, internet e intranet, computação em nuvem e segurança da informação, com backup, vírus e outros malwares, antivírus e firewall.

É esse miolo que vale estudar primeiro, em qualquer concurso, enquanto o edital não sai. Para quem parte do zero, o curso de informática básica do Portal IDEA cobre o terreno inicial. Segurança da informação aparece nos dois editais e costuma render questões conceituais, que o curso de segurança na web e internet ajuda a firmar.

Um jeito de estudar a disciplina pelo edital

Separe conceito de ferramenta. Redes, nuvem e segurança são conceito: se aprende lendo e resolvendo questão. Word, Excel e Writer são ferramenta: se aprende com o programa aberto, testando o que a questão descreve. Quem só lê sobre planilha erra questão de fórmula.

Use o programa que o edital pede, ou o mais parecido. O BrOffice da PMMA é o nome antigo da versão brasileira do pacote hoje conhecido como LibreOffice, que é gratuito. Dá para treinar com ele, e o curso de introdução ao LibreOffice mostra o caminho.

Distribua as horas pelo peso. Na PMMA, informática disputa espaço na parte mais pesada da prova. Na ALECE, para Analista, são 5 questões. A mesma disciplina merece tempos muito diferentes nos dois casos.

Estude IA na medida do edital. Quando o edital pedir, como no da ALECE, estude o básico (o que é um modelo de linguagem, o que é aprendizado de máquina, como escrever uma instrução clara e verificar a resposta). O curso de introdução à inteligência artificial e aprendizado de máquina cobre esses conceitos. Quando o edital não pedir, isso fica para depois da posse.

Perguntas frequentes

O que estudar de informática para concurso?
O que estiver no conteúdo programático do seu edital. Enquanto ele não sai, comece pelo núcleo que aparece em quase todos: sistema operacional, editor de texto, planilha, internet, nuvem e segurança da informação.

A banca pode cobrar Internet Explorer em 2026?
Pode, se o programa estiver no edital, como no da PMMA. As questões costumam tratar de recursos comuns a todo navegador, então estudar Chrome e Firefox e revisar questões antigas da banca resolve boa parte.

Noções de informática é difícil?
Depende mais do hábito do candidato do que do conteúdo. Quem usa computador no dia a dia aprende rápido a parte de ferramentas, mas costuma tropeçar em conceitos de redes e segurança, que pedem estudo de teoria.

Vale a pena estudar inteligência artificial para concurso?
Só quando o edital cobra. O da ALECE cobra, com peso pequeno. Fora isso, o tempo rende mais nas disciplinas que pesam mais.

O computador muda mais rápido do que o edital. A informática que cai em concurso é a que a banca escreveu no papel, e o candidato que a estuda assim acerta mesmo quando o programa parece ter parado no tempo. ■

Leia no site: zine.portalidea.com.br/informatica-para-concurso



LGPD no processo seletivo: o que a empresa pode pedir

Foto, estado civil, antecedentes criminais, exame de gravidez: o que a LGPD, a Lei 9.029 e o TST dizem sobre os dados pedidos a quem disputa uma vaga.

Foto: Foto: Sora Shimazaki, via Pexels

POR PABLO MURAD

13 DE NOVEMBRO DE 2026

A LGPD, a Lei Geral de Proteção de Dados, vale também para o processo seletivo. Desde que a Lei 13.709/2018 entrou em vigor, a empresa que recebe um currículo passa a tratar dados pessoais e precisa seguir as regras da lei: pedir só o necessário para a vaga, dizer para que usa cada informação, guardar com segurança e apagar quando a finalidade acabar. O candidato, por sua vez, tem direito de saber o que a empresa guarda sobre ele e de pedir correção ou exclusão.

Isso muda pouco para quem contrata direito e muito para quem ainda pede foto, estado civil e exame de gravidez na ficha.

O que é LGPD, em uma frase

A LGPD regula o tratamento de dados pessoais, ou seja, qualquer informação que identifique uma pessoa, feito por empresas, órgãos públicos e outras organizações. "Tratamento" é qualquer operação com o dado: coletar, guardar, consultar, compartilhar, apagar. Um formulário de vaga, uma planilha de candidatos e um banco de currículos estão todos dentro da lei.

O artigo 6º lista os princípios. Dois deles resolvem a maior parte das dúvidas de recrutamento:

- **finalidade**: o dado é usado para um propósito legítimo, específico e informado ao titular;
- **necessidade**: a coleta se limita ao mínimo necessário para esse propósito.

Na prática, a pergunta que o recrutador deve fazer antes de cada campo do formulário é: isso serve para avaliar se a pessoa pode fazer o trabalho?

O que a empresa pode pedir ao candidato

Para seleção, a base legal mais comum é a do artigo 7º, inciso V: o tratamento é permitido quando necessário para "procedimentos preliminares relacionados a contrato" do qual o titular seja parte, a pedido dele. Quem se candidata a uma vaga está, em termos jurídicos, nessa fase preliminar. Isso cobre nome, contato, formação, experiência, certificados e o que for ligado às exigências do cargo.

Pedido	Situação
Currículo, formação, experiência, contato	ligado à vaga; permitido
Comprovação de experiência acima de 6 meses na mesma atividade	vedado pelo art. 442-A da CLT
Teste ou atestado de gravidez ou esterilização	crime pela Lei 9.029/1995
Certidão de antecedentes criminais	só com previsão legal, natureza do cargo ou fidúcia especial (TST)

Religião, opinião política, filiação sindical, saúde	dado sensível; regras mais rígidas do art. 11
Estado civil, foto, idade sem motivo ligado à vaga	contraria o princípio da necessidade e pode indicar discriminação

A Lei 9.029/1995 proíbe qualquer prática discriminatória no acesso ao emprego por motivo de sexo, origem, raça, cor, estado civil, situação familiar, deficiência ou idade, entre outros. O artigo 2º vai além e transforma em crime, com pena de um a dois anos de detenção, a exigência de teste, exame, laudo ou atestado relativo a gravidez ou esterilização. A CLT, no artigo 442-A, impede que a empresa exija mais de seis meses de experiência no mesmo tipo de atividade.

O caso da certidão de antecedentes criminais

Esse é o pedido que mais gera processo. O Tribunal Superior do Trabalho fixou tese em recurso repetitivo, aplicada a todos os casos semelhantes: exigir a certidão é ilegítimo e gera dano moral quando for discriminatório ou não se justificar por lei, pela natureza do ofício ou por um grau especial de confiança.

O próprio tribunal deu exemplos de quando a exigência é legítima: empregados domésticos, cuidadores de crianças, idosos e pessoas com deficiência, motoristas de carga, bancários, trabalhadores com armas, substâncias tóxicas ou entorpecentes e com informações sigilosas. Fora dessas situações, o dano moral é presumido, mesmo que o candidato tenha sido contratado.

Um exemplo concreto: uma rede de lojas pede certidão de antecedentes para todas as vagas, inclusive repositor de estoque. Para o caixa que lida com valores a discussão pode ser outra, mas para o repositor a exigência dificilmente se encaixa nas hipóteses do TST. Com a LGPD, a mesma rede ainda precisa explicar por que guarda essa certidão e por quanto tempo.

Dados sensíveis pedem mais cuidado

O artigo 5º chama de **dado sensível** a informação sobre origem racial ou étnica, religião, opinião política, filiação a sindicato ou organização religiosa, filosófica ou política, saúde, vida sexual, dado genético ou biométrico. Esses dados só podem ser tratados nas hipóteses do artigo 11, mais restritas.

Há usos legítimos. Programas de vagas afirmativas podem coletar autodeclaração racial ou informação sobre deficiência, desde que com finalidade clara e cuidado redobrado. O exame admissional, feito por médico do trabalho, também lida com dados de saúde dentro das regras próprias. O que a lei não aceita é recolher essas informações “por via das dúvidas”.

Os direitos de quem se candidata

O artigo 18 dá ao titular, entre outros, o direito de confirmar se a empresa trata seus dados, acessá-los, corrigir informação errada e pedir a eliminação do que for desnecessário ou excessivo. Pelo artigo 19, a resposta sobre o acesso deve vir de imediato em formato simplificado ou, na versão completa, em até 15 dias.

Os artigos 15 e 16 tratam do fim do tratamento: terminada a finalidade, os dados devem ser eliminados, salvo exceções como cumprimento de obrigação legal. Um banco de currículos guardado por anos, sem aviso ao candidato, é difícil de justificar. A empresa que quer manter o currículo para vagas futuras deve dizer isso de forma clara.

As sanções ficam com a Autoridade Nacional de Proteção de Dados e chegam a multa de até 2% do faturamento, limitada a R$ 50 milhões por infração (art. 52).

Na opinião do Zine

A LGPD fez um favor ao recrutamento: obrigou as empresas a olhar para o próprio formulário. Muito campo de ficha de emprego existia só porque sempre existiu, como estado civil, número de filhos e foto 3x4. Cortar esses campos reduz risco jurídico e também viés na seleção.

Para quem recruta, o curso de introdução à LGPD do Portal IDEA apresenta a lei, e o de recrutamento e seleção organiza as etapas do processo. A entrevista por competências ajuda a focar a conversa no que importa para o cargo.

Para quem procura emprego, o guia de vagas e estágios do Zine reúne onde encontrar oportunidades. E quem está começando pelo primeiro contrato encontra os direitos do jovem aprendiz.

Perguntas frequentes

O que é LGPD?

É a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Lei 13.709/2018. Ela define regras para coletar, usar, guardar e apagar dados de pessoas, e vale para empresas, órgãos públicos e outras organizações.

A empresa pode pedir foto no currículo?

A LGPD exige que a coleta se limite ao necessário para a finalidade. Para a maioria das vagas, foto não ajuda a avaliar a capacidade profissional, e a Lei 9.029/1995 proíbe práticas discriminatórias no acesso ao emprego.

A empresa pode exigir certidão de antecedentes criminais?
Só quando houver previsão em lei, quando a natureza do cargo justificar ou quando a função exigir confiança especial, como cuidadores, motoristas de carga e bancários. Fora disso, o TST entende que há dano moral.

Quanto tempo a empresa pode guardar meu currículo?
Enquanto durar a finalidade informada. Terminado o processo seletivo, os dados devem ser eliminados, salvo obrigação legal ou outra base válida. Se a empresa quiser manter o currículo para vagas futuras, precisa avisar.

Como peço para a empresa apagar meus dados?
Faça o pedido por escrito ao canal de privacidade da empresa ou ao encarregado de dados, citando o artigo 18 da LGPD. A empresa deve responder ao pedido de acesso em até 15 dias.

Um bom formulário de vaga cabe em uma tela. Tudo o que passar disso deveria ter uma razão que a empresa consiga explicar ao candidato. ■

Leia no site: zine.portalidea.com.br/lgpd-processo-seletivo



Linux Mint: o que é, por que vale a pena e curiosidades

Por que o Linux Mint é uma boa escolha, qual edição usar, o que ele pede de hardware, como reaproveitar um PC antigo e as curiosidades da distro, de Ada a Adrien.

Foto: Linux Mint 22.2 Xfce. Captura: Clement Lefebvre, via Wikimedia Commons (GPL). Imagem redimensionada.

POR PABLO MURAD

15 DE NOVEMBRO DE 2026

O Linux Mint é um sistema operacional gratuito e de código aberto, baseado no Ubuntu, que roda em computador comum e dá conta do que quase todo mundo faz no dia a dia: navegar, estudar, escrever, assistir a uma aula, organizar fotos. **Linux Mint é uma distribuição Linux pensada para funcionar sem complicação, e a versão atual, a 22.3 "Zena", tem atualizações de segurança garantidas até abril de 2029.** Tenho um motivo a mais para falar dele: o Portal IDEA está na lista oficial de mirrors do Linux Mint, e contei o que isso significa no IDEA Blog. Aqui o assunto é o sistema.

Por que eu gosto do Mint

A página oficial do projeto lista os motivos do sucesso: funciona assim que é instalado, já vem com suporte a multimídia, é gratuito e aberto, oferece cerca de 30 mil pacotes de programas e tem atualizações conservadoras. Desses, o último é o que mais me convence.

Atualização conservadora quer dizer que o sistema não muda de cara a cada semana. O gerenciador de atualizações do Mint é próprio do projeto e mostra o que vai ser atualizado antes de mexer em qualquer coisa. Para quem usa o computador para estudar e trabalhar, previsibilidade vale mais do que novidade.

O outro motivo é o desenho. Quem passou a vida em outro sistema encontra no Mint um menu no canto, uma barra embaixo, janelas que se comportam como se espera. A curva de aprendizado existe, mas é curta.

As edições: qual escolher

O download oficial oferece três edições da versão 22.3, que mudam o ambiente de trabalho (a aparência e o jeito de usar), e uma edição à parte, baseada no Debian.

Edição	O que o projeto diz	Para quem eu indicaria
Cinnamon	A mais popular, desenvolvida principalmente para e pelo próprio Linux Mint	Computadores dos últimos anos e quem quer o visual completo
Xfce	Mais leve, com menos recursos que o Cinnamon e menor consumo	PC antigo ou com pouca memória
MATE	Clássica, continuação do GNOME 2	Quem gosta de interface tradicional e também é leve
LMDE 7 "Gigi"	Mesma experiência do Mint, mas sobre a base do Debian em vez do Ubuntu	Quem já conhece Linux e quer a base Debian

Existe ainda uma imagem "EDGE" do Cinnamon, com kernel mais novo, para hardware muito recente que não inicia com a imagem normal. Se você não sabe qual escolher, fique com o Cinnamon. Se o computador tem mais de dez anos, comece pelo Xfce.

Requisitos e o PC antigo encostado

Os requisitos publicados no anúncio da versão 22.3, de 13 de janeiro de 2026, são modestos:

Item	Mínimo	Recomendado
Memória RAM	2 GB	4 GB
Espaço em disco	20 GB	100 GB
Resolução de tela	1024 × 768	(em telas menores, segure ALT para arrastar janelas)

Os arquivos da 22.3 são de 64 bits, então um computador muito antigo, só de 32 bits, fica de fora. Fora isso, muita máquina parada na gaveta volta a ser útil, ainda mais com um SSD barato no lugar do disco antigo.

O assunto ficou mais urgente desde que a Microsoft encerrou o suporte ao Windows 10, em 14 de outubro de 2025. Quem tem um computador nessa situação tem várias saídas, e o Mint é uma delas, com atualizações garantidas até 2029.

Um cuidado que pouca gente conta: as notas de lançamento da 22.3 avisam que o kernel 6.14 dessa versão tem problemas com placas NVIDIA antigas, que usam o driver 470. Para esse caso, o próprio projeto recomenda instalar a 22.1 e depois atualizar sem trocar de kernel. É o tipo de detalhe que separa uma tarde perdida de uma instalação tranquila.

Antes de apagar qualquer coisa, teste. O Mint roda direto do pendrive, sem instalar, e dá para ver se a rede, o som e a tela funcionam naquela máquina.

Curiosidades do Linux Mint

- **Começou como um site de resenhas.** Em 2006, o francês Clément Lefebvre, o Clem, escrevia tutoriais sobre Linux e criou um site chamado Linux Mint para publicá-los. Em agosto daquele ano saiu o Linux Mint 1.0 "Ada", baseado no Kubuntu 6.06, segundo a história oficial do projeto.
- **Os nomes seguem o alfabeto.** Cada versão ganhou um nome feminino, de "Ada" até "Zena". Com o alfabeto completo, a próxima versão vai se chamar Linux Mint 27 "Adrien", com nomes masculinos daqui em diante.
- **O número vai virar o ano.** O projeto passou para um lançamento por ano, sem versões intermediárias. O 27, previsto para o Natal de 2026, representa

o ano seguinte e será baseado no Ubuntu 26.04. Depois vêm 28, 29 e assim por diante.

- **O MATE é memória da casa.** Ele continua o GNOME 2, que foi o ambiente padrão do Mint entre 2006 e 2011.
- **O LMDE existe como plano B.** A edição baseada no Debian foi criada para garantir que o Mint continue entregando a mesma experiência se o Ubuntu um dia deixar de existir, como explica o anúncio do LMDE 7.
- **É mantido por doações.** Só em agosto de 2026, 443 pessoas doaram US$ 13.824 ao projeto, além de 2.408 apoiadores mensais no Patreon, segundo o boletim de setembro.
- **Os mirrors trabalham todo dia.** Quem espelha as imagens do Mint precisa sincronizar uma vez por dia, cerca de 200 GB; quem espelha os repositórios de programas, duas vezes por dia, cerca de 50 GB, segundo a página de mirrors.

Onde baixar

O caminho seguro é sempre partir do site oficial. No Brasil, a lista oficial tem três servidores de download: C3SL, Portal IDEA e Universidade Federal de Mato Grosso. O do Portal IDEA fica em mint.portalidea.com.br/iso. O passo a passo completo, com a conferência do arquivo e a criação do pendrive, está no texto do IDEA Blog sobre o download do Linux Mint.

Para começar com o pé direito

Instalar é a parte fácil. O que dá segurança é entender o que está acontecendo. O curso gratuito Básico de Linux apresenta o sistema e o terminal sem pressa. Para reaproveitar um computador velho, Formatação de Computadores ajuda com backup e instalação, e Montagem e Manutenção de Computadores ajuda a trocar memória e disco.

Um computador que volta a funcionar é mais um lugar onde alguém pode estudar. Por isso o Mint me interessa: ele baixa a barreira de entrada, e baixar barreira é o que um portal de cursos gratuitos tenta fazer todos os dias.

Perguntas frequentes

O que é o Linux Mint?

É um sistema operacional gratuito e de código aberto para computadores, baseado no Ubuntu (ou no Debian, na edição LMDE). Serve para as mesmas tarefas de um computador doméstico ou de escritório: internet, documentos, vídeos, estudo.

O Linux Mint é gratuito?
Sim. Baixar, instalar e usar não custa nada, e o código é aberto. O projeto se mantém com doações e patrocínios.

O Linux Mint roda em PC fraco ou antigo?
Roda em boa parte deles. A versão 22.3 pede no mínimo 2 GB de RAM e 20 GB de disco e exige processador de 64 bits. Em máquinas mais fracas, a edição Xfce é a mais indicada.

Qual a melhor versão do Linux Mint para iniciantes?
A versão 22.3, que o site oficial marca como recomendada, na edição Cinnamon, a mais popular. Em computador antigo, a Xfce.

Dá para testar o Linux Mint sem instalar?
Dá. Depois de gravar o arquivo num pendrive, você inicia o computador por ele e usa o Mint direto do pendrive, sem mexer no que está instalado no disco.

Quando sai o Linux Mint 27?
O projeto anunciou o Linux Mint 27 “Adrien” para o Natal de 2026, baseado no Ubuntu 26.04, nas edições Cinnamon, Xfce e MATE. ■

Leia no site: zine.portalidea.com.br/linux-mint



Permacomputing: a computação que aprende com o jardim

O que é permacomputing, de onde vem a ideia, seus dez princípios, quem já vive assim e como reaproveitar um computador antigo com Linux leve e manutenção.

Foto: Ilustração gerada por inteligência artificial para o Zine IDEA.

POR PABLO MURAD

15 DE NOVEMBRO DE 2026

Em 2022, o mundo descartou 62 milhões de toneladas de lixo eletrônico, e só 22,3% disso foi coletado e reciclado de forma documentada, segundo o Global E-waste Monitor 2024, da ONU (UNITAR e UIT). O Brasil gerou 2,4 milhões dessas toneladas. É difícil ler esses números sem lembrar do computador encostado num canto de casa, que ainda liga, mas virou "velho demais". O **permacomputing** (ou permacomputação, em português) parte de uma pergunta simples: e se esse computador ainda tiver lugar no mundo?

Permacomputing é uma forma de pensar e praticar a computação inspirada na permacultura: fazer o hardware durar o máximo possível, usar a energia disponível com sabedoria e manter a tecnologia compreensível para quem a usa. É um movimento pequeno, com um vocabulário próprio, uma estética reconhecível e uma ideia que me parece cada vez mais urgente.

De onde vem a palavra

O nome é emprestado. **Permacultura** é um termo criado por Bill Mollison e David Holmgren na Austrália, em meados dos anos 1970, e apresentado no livro *Permaculture One*, de 1978, conforme a própria página de Holmgren. A permacultura é um sistema de desenho para viver e usar a terra com resiliência, apoiado em três éticas: cuidado com a terra, cuidado com as pessoas e partilha justa.

Em junho de 2020, o finlandês Ville-Matias Heikkilä, conhecido como viznut, publicou um texto chamado Permacomputing, que ele mesmo descreve como uma coleção de pensamentos soltos sobre levar ideias da permacultura para o mundo dos computadores. O que o interessava era a permanência cultural e ecológica: como dar aos computadores um lugar significativo e sustentável numa civilização que, ela também, precisa encontrar um lugar sustentável na biosfera.

O diagnóstico dele é duro. A abundância de capacidade de processamento produziu um desperdício equivalente, com exigências de hardware absurdas até para tarefas triviais, e os computadores muitas vezes conseguem ficar mais lentos justamente enquanto ficam mais rápidos. Sobre os chips, cuja fabricação consome muita energia e substâncias tóxicas, viznut escreve que deveriam ser tratados como pedras preciosas. E resume numa frase que eu traduziria assim: "No lugar da obsolescência programada, deveria haver longevidade programada."

Um ano depois, no Permacomputing Update 2021, ele descobriu que não estava sozinho. Havia os workshops acadêmicos do Computing within Limits, que acontecem desde 2015; a comunidade artística do servidor Merveilles.town; a turma da "small web", com protocolos como o Gemini; e

projetos como o site solar da Low-tech Magazine. Faltava um nome comum, e "permacomputing" acabou adotado como guarda-chuva. No mesmo texto, viznut faz uma autocrítica que acho valiosa: placas baratas como o Raspberry Pi, queridinhas de projetos "sustentáveis", foram desenhadas para serem fáceis de mexer e de substituir; durar e ser consertado ficou em segundo plano.

Os dez princípios do permacomputing

O grupo de trabalho que mantém o wiki permacomputing.net organizou a ideia em dez princípios, inspirados nos da permacultura. Eles avisam que nada ali é receita: o permacomputing valoriza o contexto, e o que serve num lugar pode não servir em outro. A tradução e os exemplos da última coluna são meus.

Princípio	O que quer dizer	Um gesto possível
Espere o melhor, prepare-se para o pior	Desenhar sistemas que aguentem interrupções e falta de recursos, mesmo sem achar que o colapso está próximo	Guardar cópia local do que importa e usar programas que funcionem sem internet
Cuide de todo hardware, sobretudo dos chips	Fabricar chips gasta muita energia e matéria-prima, e eles são difíceis de reciclar; prolongar a vida útil é o que mais reduz o impacto	Trocar bateria, limpar e instalar um SSD antes de pensar em aparelho novo
Observe primeiro	Entender a situação antes de agir; às vezes o problema nem pede tecnologia	Perguntar se aquilo realmente precisa de um aplicativo
Não fazer	Recusar também é uma opção, porque ganhar eficiência costuma aumentar o consumo total (o paradoxo de Jevons)	Não trocar o celular só porque saiu um modelo novo
Exponha as costuras	Tecnologia que esconde seu funcionamento dificulta entender, questionar e consertar	Preferir programas que mostram o que estão fazendo e aprender o básico do terminal
Pese simplicidade, complexidade e escala	Sistemas simples gastam menos e são mais fáceis de entender, mas não existe solução mágica	Um site estático no lugar de uma plataforma pesada
Mantenha flexível	Servir a usos que o criador nem imaginou, combinando ferramentas pequenas	Ferramentas pequenas que fazem uma coisa e se combinam, como na linha de comando do Unix
Construa em terreno firme	Para o que precisa durar, apoiar-se em padrões abertos e tecnologias maduras	Salvar em formatos abertos, como TXT, ODT e PDF

(Quase) tudo tem lugar	Nada é obsoleto por definição; a tecnologia cresce como um rizoma, em várias direções ao mesmo tempo	Transformar o PC antigo em servidor de arquivos ou estação de estudo
Integre recursos biológicos e renováveis	Usar materiais e energia locais e renováveis, um objetivo que o próprio grupo admite ser ainda uma aspiração	Deixar tarefas pesadas para quando houver energia de sobra, como sugere viznut

Gente que já vive assim

O exemplo mais poético é o Hundred Rabbits, um coletivo de dois artistas que mora e trabalha num veleiro de 10 metros chamado Pino. Eles documentam soluções de baixa tecnologia e seguem regras de trabalho claras: seus programas funcionam primeiro sem internet, vêm com documentação suficiente para serem consertados sem ajuda e miram computadores de 20 anos atrás, para incentivar o reaproveitamento. No coração do que fazem está o Uxn, uma máquina virtual minúscula que roda o mesmo programa num computador de mesa, no navegador e em aparelhos como Game Boy Advance, Nintendo DS, MS-DOS e Raspberry Pi Pico. Num boletim de 2026, contaram que, quando a internet da baía some, sobem o morro com o notebook na mão esperando o envio terminar. Parece folclore, e é só o cotidiano de quem escolheu viver com limites.

A Low-tech Magazine, criada pelo jornalista Kris De Decker em 2007, levou a ideia para a web. Em 2018, a revista ganhou uma versão movida a energia solar e hospedada em casa, em Barcelona. O servidor consome entre 1 e 2,5 watts, é alimentado por um painel de 50 watts e sai do ar quando o tempo fecha por muitos dias. A meta declarada era 90% de disponibilidade. Para caber nesse orçamento, as imagens são pontilhadas em poucos tons, o site usa a fonte padrão do navegador e a página média caiu para 0,77 MB, cerca de cinco vezes menos que o desenho anterior. Eu acho bonito o gesto de assumir que um site pode estar fechado, como uma loja à noite.

Há ainda a “small web”, que tenta recuperar uma internet de documentos leves. O Projeto Gemini se define como um espaço online leve onde documentos são apenas documentos, pensado para preservar a privacidade, a atenção e a banda de quem lê.

A beleza do limite

Em 2023, Aymeric Mansoux, Brendan Howell, Dušan Barok e o próprio Heikkilä publicaram, no nono Computing within Limits, o artigo Permacomputing Aesthetics. A tese é que o permacomputing torna as restrições visíveis e usáveis na criação, ligando a estética às condições materiais. Entre as

escolhas que eles listam estão trabalhar com lixo eletrônico, com hardware e energia limitados, com arquivos pequenos e pouca banda, tratar aparelhos como herança de família, usar materiais naturais e priorizar o conserto.

O que mais me convenceu no artigo foi a honestidade. Os autores admitem que o permacomputing depende das mesmas cadeias globais de produção que critica, e perguntam se ele consegue transformar alguma coisa ou se corre o risco de ficar no gesto simbólico. Prefiro um movimento que se faz essa pergunta a um que vende certezas.

Lixo eletrônico e energia: o tamanho do problema

Os números do Global E-waste Monitor 2024 assustam pela tendência. Os 62 milhões de toneladas de 2022 representam 82% a mais que em 2010, e a projeção é chegar a 82 milhões em 2030. A geração de lixo eletrônico cresce cinco vezes mais rápido que a reciclagem documentada, e o relatório estima em US$ 62 bilhões o valor dos recursos recuperáveis que se perderam. Entre as causas, aponta poucas opções de conserto, ciclos de vida mais curtos e falhas de projeto.

No Brasil, a ficha do país no mesmo levantamento mostra 2.443 mil toneladas geradas em 2022, ou 11,4 kg por habitante, e uma taxa de coleta formal de 3%: só 79 mil toneladas.

É aqui que entra a **obsolescência programada**: produtos desenhados para durar menos, ficar ultrapassados mais cedo ou dificultar o reparo. O permacomputing responde a ela com o caminho inverso, o da longevidade planejada.

Do lado da energia, a Agência Internacional de Energia (IEA) estima que os data centers consumiram cerca de 415 TWh em 2024, perto de 1,5% da eletricidade do planeta, com crescimento de 12% ao ano nos cinco anos anteriores. No caso base da agência, esse consumo dobra até 2030, para cerca de 945 TWh, um pouco menos de 3% do total. A própria IEA lembra que é uma fatia ainda limitada da demanda global, e eu concordo que não é caso de pânico. O ponto do permacomputing é outro: a direção da curva mostra que eficiência sozinha não segura o consumo.

Na prática: um computador antigo, um Linux leve e uma chave de fenda

Para a maioria de nós, permacomputing começa num lugar bem concreto: aquele notebook de oito ou dez anos que ninguém quer mais. O assunto ganhou urgência desde que a Microsoft encerrou o suporte ao Windows 10,

em 14 de outubro de 2025, deixando muita máquina funcional sem atualização de segurança.

Um roteiro possível para reaproveitar um computador antigo:

1. **Teste antes de decidir.** Grave um Linux num pendrive e inicie o computador por ele, sem instalar nada. Dá para ver se rede, som e tela funcionam.
2. **Escolha um Linux leve.** O Linux Mint na edição Xfce pede pouco: a versão atual roda com 2 GB de memória, desde que o processador seja de 64 bits. Expliquei as edições e os requisitos no guia do Linux Mint aqui no Zine. O Portal IDEA está na lista oficial de mirrors do Mint, então dá para baixar a imagem de um servidor no Brasil.
3. **Troque o gargalo, não a máquina.** Um SSD no lugar do disco antigo e, se der, um pente de memória a mais costumam fazer mais diferença do que qualquer outro ajuste.
4. **Limpe e cuide.** Poeira e superaquecimento encurtam a vida do hardware. Abrir, limpar e conferir as ventoinhas é manutenção básica.
5. **Prefira formatos abertos.** Seus arquivos devem continuar legíveis quando o programa que os criou deixar de existir.
6. **Se não tiver mais jeito, descarte certo.** O Decreto 10.240/2020, que regulamenta a logística reversa de eletroeletrônicos de uso doméstico, diz que cabe ao consumidor apagar seus dados antes do descarte e entregar o aparelho, desligado, num ponto de recebimento do sistema. Lixo comum não é lugar de computador.

Nada disso exige talento especial. Exige método, e método se aprende. No Portal IDEA, o curso gratuito de Manutenção e Suporte em Informática cobre o básico do diagnóstico, e o de Manutenção de Notebooks ajuda quem quer abrir o próprio aparelho. Para trocar de sistema com segurança, existe o Linux como Desktop. E quem quer entender o outro lado da história, o do resíduo, encontra o curso de Reciclagem e Sustentabilidade. São cursos livres, de qualificação, e a diretora Soraya Murad já explicou neste Zine o que um curso livre é e o que ele não é.

Consertar também é aprender

Há uma objeção séria, e ela merece resposta. Um desktop antigo pode gastar mais eletricidade do que um notebook novo. Às vezes, trocar é a escolha mais sensata. Não tenho um número que resolva todos os casos, e desconfio de quem diz ter. O que sei é que a conta não termina na tomada: a fabricação de um aparelho novo, sobretudo dos chips, carrega um custo de energia e de matéria-prima que já foi pago pelo aparelho antigo. O próprio permacomputing recusa a regra única e pede que se olhe cada situação.

O que me move nesse assunto, como alguém que trabalha com educação, é outra coisa. Viznut escreveu que, numa cultura saudável de tecnologia, nada é "só uma ferramenta" e ninguém é "só um usuário". Eu acho que a escola brasileira ensina muito a usar e quase nada a entender. A criança aprende a tocar na tela, mas não sabe o que tem dentro do aparelho, nem que ele pode ser aberto, nem que a peça que falhou tem nome e substituto. Aprender a consertar devolve à pessoa uma coisa que a obsolescência programada tira: a sensação de que a máquina é dela.

O computador mais sustentável é quase sempre o que já existe. O recurso mais barato para mantê-lo funcionando é o conhecimento, e conhecimento é o que a gente tenta distribuir de graça todos os dias. Talvez o permacomputing seja isso, no fim: tratar a tecnologia como um jardim, que se observa, se poda e se cuida, e não como uma vitrine que se troca a cada estação.

Perguntas frequentes

O que é permacomputing?
É uma abordagem da computação inspirada na permacultura. Propõe fazer o hardware durar o máximo possível, consertar em vez de trocar, usar a energia disponível com moderação e manter os sistemas simples o bastante para serem entendidos por quem os usa. O termo foi popularizado pelo texto "Permacomputing", de Ville-Matias Heikkilä (viznut), em 2020.

Qual a diferença entre permacomputing e TI verde?
A TI verde costuma focar em eficiência: data centers que gastam menos, equipamentos com selo de consumo. O permacomputing inclui eficiência, mas desconfia dela como resposta única, porque ganhos de eficiência tendem a aumentar o consumo total. Por isso dá peso a durabilidade, conserto, simplicidade e até à recusa de usar tecnologia quando ela não é necessária.

O que é obsolescência programada?
É a prática de projetar produtos para que durem menos, fiquem ultrapassados mais cedo ou sejam difíceis de consertar, o que leva à troca antes do necessário. O Global E-waste Monitor 2024 cita a falta de opções de reparo e os ciclos de vida mais curtos entre as razões do crescimento do lixo eletrônico.

Como reaproveitar um computador antigo?
Teste um Linux leve direto do pendrive, sem instalar. Se tudo funcionar, instale-o e troque o disco por um SSD, o que costuma dar a maior melhora de desempenho. Limpe a poeira, confira a ventilação e, se o computador não servir mais como máquina principal, ele ainda pode virar estação de estudo, servidor de arquivos ou computador das crianças.

Onde descartar lixo eletrônico?
Em pontos de recebimento do sistema de logística reversa, mantido por fabricantes, importadores e comerciantes, como prevê o Decreto 10.240/2020. Antes de entregar, apague seus dados pessoais: a lei atribui essa responsabilidade ao consumidor. Computador e celular não devem ir para o lixo comum.

Permacomputing é ser contra a tecnologia?
Não. Viznut escreve que o atrai na permacultura justamente o fato de ela não propor uma volta ao passado: ela confia na engenhosidade humana para transformar problema em solução e desperdício em recurso. É uma crítica ao consumo e ao desperdício, feita por gente que gosta muito de computador. ■

Leia no site: zine.portalidea.com.br/permacomputing



Wikipedia offline: guia das coleções do portalidea.wiki

O que é Wikipedia offline, o que tem em cada uma das 18 coleções do portalidea.wiki e como usar Wikipédia, Wikilivros, Wikisource, Gutenberg e iFixit para estudar.

Foto: Instalação do Kiwix nos computadores do Liceu de Tivaouane (Senegal), em outubro de 2019. Foto: GastelEtzwane, via Wikimedia Commons, CC BY-SA 4.0. Imagem recortada.

POR PABLO MURAD

16 DE NOVEMBRO DE 2026

Wikipedia offline é uma cópia da enciclopédia guardada num arquivo que abre sem depender do site da Wikipédia. O portalidea.wiki, mantido pelo Portal IDEA, reúne 18 coleções desse tipo em português, abertas no navegador e sem cadastro: a Wikipédia completa, oito seleções temáticas, sete projetos irmãos da Wikimedia, os livros em português do Projeto Gutenberg e os manuais de conserto do iFixit. Este guia mostra o que tem em cada uma e como tirar proveito delas nos estudos.

Como o portalidea.wiki funciona

Cada coleção do site é um arquivo no formato ZIM, que compacta um site inteiro num arquivo só. Quem abre esses arquivos para o leitor é o servidor do Kiwix, organização sem fins lucrativos que trabalha desde 2006 para levar conhecimento livre aonde a internet não chega. A navegação lembra a do site original: links entre artigos, imagens e, nas coleções de wiki, uma busca por palavra. Uma pesquisa por "fotossíntese" na Wikipédia do portalidea.wiki devolve 976 resultados.

Cada cópia tem a data em que foi feita, mostrada ao lado do nome da coleção. O que mudou no site original depois dessa data não aparece na cópia.

Na primeira visita a uma coleção, o site faz uma verificação automática no navegador. Leva alguns segundos e depois a página abre normalmente.

O que tem em cada coleção

Wikipédia completa

A Wikipédia em português inteira, na cópia de maio de 2026. A página de abertura mostra 1.171.351 artigos, organizados em portais de arte, geografia, história, ciência, sociedade, esporte e tecnologia. Serve para qualquer pesquisa geral.

As oito Wikipédias temáticas

São recortes da mesma enciclopédia, todos de outubro de 2026:

Coleção	O que reúne
Computação	tecnologia, programação, sistemas e computação
Geografia	países, regiões, mapas, relevo e clima
História	eventos, biografias, períodos e movimentos
Medicina	saúde e medicina para referência geral
Matemática	conceitos, teoremas e áreas da matemática
Física	fenômenos, leis, experimentos e fundamentos

Química	compostos, reações e tabela periódica
Top	uma seleção dos 50 mil melhores artigos

A coleção de Medicina traz um aviso que vale repetir: o conteúdo é para referência e não substitui um profissional de saúde.

Wikcionário

O dicionário colaborativo da Wikimedia, com significado, etimologia e pronúncia das palavras. A versão do wiki é de setembro de 2026 e vem sem imagens, o que não faz falta num dicionário. O Wikcionário original continua sendo editado.

Wikilivros e Wikiversidade

O Wikilivros (Wikibooks, em inglês) junta livros didáticos e manuais livres, divididos por tema e disciplina. A Wikiversidade tem materiais de curso, trilhas de aprendizagem e conteúdo acadêmico. As duas cópias são de outubro de 2026 e são as mais próximas de um material de aula.

Wikisource, Wikiquote e Projeto Gutenberg

Três coleções para quem precisa ler o texto original. O Wikisource é uma biblioteca de textos e obras em domínio público ou com licença livre. O Wikiquote reúne frases e citações de autores, livros, filmes e figuras históricas. A coleção do Projeto Gutenberg traz os livros em português do acervo, com foco em clássicos em domínio público. Essa cópia é a mais antiga do site, de outubro de 2025.

Wikinotícias e Wikivoyage

O Wikinotícias é um arquivo de notícias escritas de forma colaborativa, na cópia de abril de 2026. Para fato recente, não serve: use como registro. O Wikivoyage é um guia de viagem com roteiros e informações práticas sobre destinos.

iFixit

Os guias de reparo do iFixit em português, de março de 2026, com passo a passo para consertar celular, notebook, eletrodoméstico, console e carro. A página inicial da coleção separa os guias por tipo de aparelho.

Como usar o wiki para estudar

Comece pela coleção mais estreita que cobre o assunto. Para uma prova de química, a Wikipédia de Química deixa a busca restrita ao tema, sem os resultados de outras áreas que aparecem na completa.

Use o Wikcionário durante a leitura. Uma palavra que trava um parágrafo de Wikisource se resolve em outra aba, com a etimologia junto.

Para trabalho escolar, leia o artigo da Wikipédia como ponto de partida e siga as referências que aparecem no fim dele. Ao citar, informe o nome do artigo e a data da cópia, já que o texto pode ter mudado no site original.

Para leitura obrigatória de vestibular, vale procurar a obra no Wikisource e no Projeto Gutenberg antes de comprar uma edição, já que os dois acervos se concentram em textos em domínio público.

Quem quer organizar a rotina de leitura pode fazer o curso gratuito de Técnicas de Estudo do Portal IDEA.

Para quem serve

Para o estudante que pesquisa pelo celular e quer uma enciclopédia sem anúncio. Para o professor que prepara aula com texto de licença livre, que pode ser copiado e adaptado desde que dê o crédito. Para quem está começando no computador e precisa de um acervo grande para treinar busca e leitura, junto com um curso de Informática Básica. Para quem conserta aparelhos ou está aprendendo, o iFixit em português combina com o curso de Manutenção de Celulares.

Como ter a Wikipedia offline sem internet nenhuma

O portalidea.wiki precisa de conexão para abrir. Para ler em lugar sem sinal, a saída é o Kiwix Reader, aplicativo gratuito e sem anúncios para Windows, macOS, Linux, Android e iOS. Depois de instalado, ele baixa os arquivos ZIM das coleções e abre tudo sem conexão. A Wikipédia completa com imagens ocupa bastante espaço, então quem tem pouca memória no aparelho pode começar por uma coleção temática.

Software livre na mesma estante

O portalidea.wiki não é o único acervo livre que o Portal IDEA mantém. Na coluna do IDEA Blog, Pablo Murad conta por que o Portal mantém essa biblioteca digital gratuita. O Portal também é um dos mirrors oficiais do Linux Mint no Brasil, listado na página de mirrors do projeto, e o Zine contou o que é o Linux Mint e por que vale a pena. Quem se interessa por tecnologia que dura mais pode ler também o artigo sobre permacomputing.

Perguntas frequentes

O que é Wikipedia offline?
É uma cópia da Wikipédia guardada em arquivo, que pode ser lida sem acessar o site original. No portalidea.wiki ela abre no navegador. Com o aplicativo Kiwix Reader, abre até sem internet.

O que é o Kiwix?
Uma organização sem fins lucrativos que desenvolve programas livres para ler conteúdo da internet sem conexão. O Kiwix Reader abre arquivos ZIM, e o servidor do Kiwix é o que o portalidea.wiki usa para publicar as coleções.

Dá para baixar a Wikipedia inteira?
Dá, pelo Kiwix Reader, que baixa o arquivo ZIM da Wikipédia em português. O portalidea.wiki serve para consulta no navegador.

O conteúdo do portalidea.wiki é atualizado?
Cada coleção é uma cópia com data, mostrada no site. A Wikipédia completa é de maio de 2026, e a maior parte das outras coleções é de setembro ou outubro de 2026.

Posso usar os textos em trabalhos e aulas?
Pode, seguindo a licença do projeto de origem. Os textos da Wikipédia usam a licença Creative Commons Atribuição-CompartilhaIgual 4.0, descrita na página de direitos de autor: é preciso dar crédito e manter a mesma licença em obras derivadas.

Qual a diferença entre Wikisource e Wikilivros?
O Wikisource guarda obras que já existem, como livros em domínio público e documentos históricos. O Wikilivros reúne livros didáticos e manuais escritos pelos voluntários do projeto.

Foto da capa: GastelEtzwane, via Wikimedia Commons, CC BY-SA 4.0, imagem recortada. ■

Leia no site: zine.portalidea.com.br/wikipedia-offline

EDITORIA

Outras



Transição de carreira: o que levar e o que deixar para trás

Quase ninguém muda de carreira do zero. Como fazer o inventário do que você já sabe, testar a área nova com um curso curto e planejar a transição sem salto no escuro.

Foto: Foto: Ron Lach / Pexels (Licença Pexels)

POR PABLO MURAD

15 DE NOVEMBRO DE 2026

Transição de carreira raramente começa com uma decisão bonita. Começa com um incômodo que dura meses, uma área que encolhe, um chefe novo, um corpo que não aguenta mais o turno da noite. A boa notícia é que quase ninguém muda de carreira do zero. **Uma transição de carreira bem feita é, antes de tudo, um inventário: o que você já sabe fazer, o que falta aprender e qual o menor passo para testar o caminho novo antes de largar o antigo.**

Escrevo isto porque vejo muita gente tratar a mudança como salto no escuro, ou como algo que exige uma nova graduação de quatro anos antes de qualquer movimento. Na maioria dos casos, nenhuma das duas coisas é verdade.

O mercado já está trocando as peças

O relatório Future of Jobs 2025, do Fórum Econômico Mundial, estima que 22% dos empregos formais vão passar por algum tipo de mudança até 2030, entre vagas criadas e vagas extintas. Os empregadores ouvidos esperam que 39% das habilidades exigidas hoje mudem no mesmo período. E metade deles diz que pretende transferir funcionários de funções em declínio para funções em crescimento.

Leio esses números com cautela, porque são projeções feitas a partir de entrevistas com empresas, e projeção não é destino. Mas o recado geral é difícil de ignorar: trocar de função ao longo da vida virou regra, e as empresas já planejam isso. Quem espera ser empurrado costuma mudar em piores condições do que quem começa a se preparar antes.

O inventário: o que vai na mala

Antes de escolher a área nova, vale olhar com honestidade para a bagagem. Eu divido em três pilhas.

O que você tem	Exemplos	O que fazer com isso
Habilidades que viajam	Atender gente, organizar tarefas, escrever com clareza, negociar, lidar com planilha	Destacar no currículo e na entrevista com exemplos concretos
Conhecimento do setor	Conhecer clientes, fornecedores, regras e problemas de um ramo	Procurar funções vizinhas no mesmo setor, onde isso vale mais
O que fica para trás	Rotinas e ferramentas específicas do cargo antigo	Aceitar que vai ser novato nisso e planejar o estudo

Quem trabalhou dez anos no comércio e quer ir para a área administrativa não chega vazio. Chega sabendo lidar com cliente difícil, fechar caixa e

cumprir meta. O que costuma faltar é a parte técnica do cargo novo, e essa se aprende.

Comece pequeno e teste antes de pular

O erro mais caro numa transição de carreira, na minha opinião, é pedir demissão para depois descobrir se gosta da área nova. O caminho mais seguro é testar em pequena escala: um curso curto, uma conversa com quem já trabalha na área, um trabalho voluntário, um projeto de fim de semana.

Um curso livre serve muito bem para isso. Ele custa pouco tempo, mostra o vocabulário e os problemas da área, e responde à pergunta que mais importa no começo: eu aguentaria fazer isso todo dia? Se a resposta for não, você perdeu algumas semanas, não alguns anos.

A lei brasileira, aliás, reconhece que se aprende fora da escola. O artigo 41 da LDB prevê que o conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, pode ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos. A experiência conta. Só precisa ser contada direito.

Um plano em quatro passos

1. **Faça o inventário por escrito.** Liste o que você faz bem e peça a dois colegas que façam a mesma lista sobre você. As diferenças entre as listas costumam ser reveladoras.
2. **Escolha uma direção, não um destino.** Em vez de “quero ser analista de dados”, algo como “quero trabalhar com números e menos com atendimento”. Isso abre mais portas no começo.
3. **Teste com um curso curto.** Se ainda está em dúvida sobre a direção, o curso gratuito de Orientação Vocacional ajuda a organizar interesses e aptidões. Se já sabe para onde vai, Gestão de Carreiras trata justamente de profissionais em transição.
4. **Prepare a conversa.** Entrevistas por competências pedem exemplos de situações reais. O curso Básico em Entrevista por Competências mostra a lógica por trás das perguntas. E vale saber o que a LGPD diz sobre seus dados no processo seletivo.

Sobre idade e escolaridade

Duas perguntas aparecem sempre. A primeira é se existe idade-limite para mudar. Não existe, e a discriminação por idade na contratação é proibida por lei. A segunda é se dá para mudar sem ter terminado os estudos. Dá, mas a escolaridade abre portas, e quem não concluiu o ensino fundamental ou

médio pode buscar o certificado pelo Encceja em paralelo ao curso da área nova. Para quem está começando bem cedo, o programa Jovem Aprendiz é outra porta de entrada.

Mudar de carreira dá medo, e esse medo é razoável. O que eu não acho razoável é deixar o medo decidir sozinho. Um inventário honesto e um curso curto já tiram a decisão do campo da fantasia e colocam no campo do teste.

Perguntas frequentes

O que é transição de carreira?
É a mudança de área, função ou tipo de trabalho ao longo da vida profissional. Pode ser uma troca completa de setor ou uma mudança para uma função vizinha, aproveitando parte do que a pessoa já sabe.

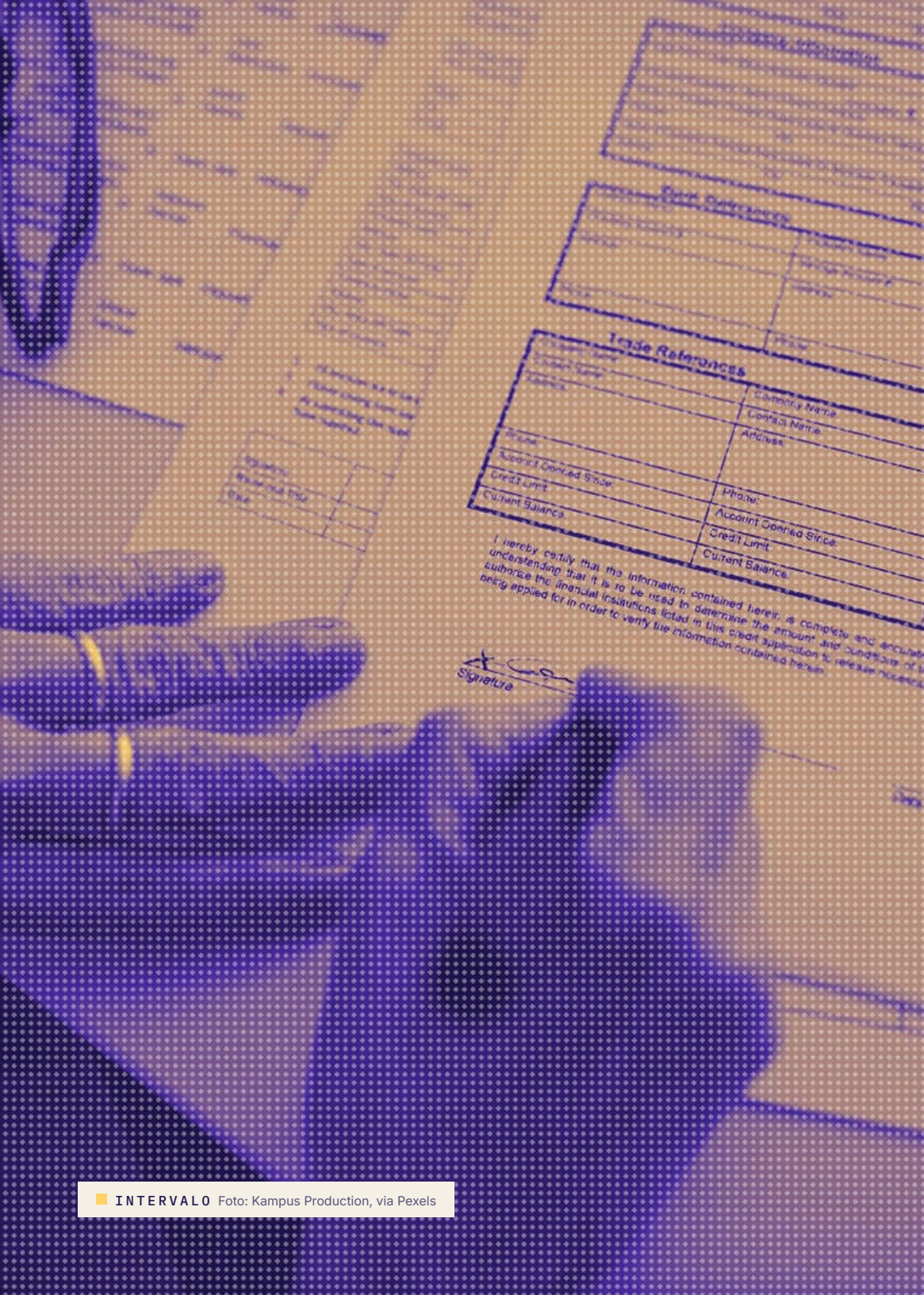
Como mudar de carreira sem começar do zero?
Fazendo um inventário das habilidades que se aplicam a qualquer área, como atendimento, organização e comunicação, e procurando funções em que elas tenham valor. Depois, estudando só a parte técnica que falta, em cursos curtos.

Qual a melhor idade para fazer transição de carreira?
Não há idade certa. O que pesa mais é o planejamento: ter alguma reserva financeira, testar a área nova antes de sair da antiga e estudar o que falta. A discriminação por idade na contratação é proibida pela Lei 9.029/1995.

Curso livre ajuda na transição de carreira?
Ajuda principalmente no começo, para conhecer a área e testar o interesse com pouco investimento de tempo. Para profissões regulamentadas, que exigem formação específica, ele complementa a formação obrigatória, sem substituí-la.

Preciso pedir demissão para mudar de carreira?
Na maioria dos casos, não é o primeiro passo. O caminho mais seguro é estudar e testar a área nova enquanto ainda tem renda, e só sair quando houver uma oportunidade concreta ou uma reserva para o período de transição. ■

Leia no site: zine.portalidea.com.br/transicao-de-carreira



INTERVALO Foto: Kampus Production, via Pexels



INTERVALO Arte da editoria Ciências, Zine IDEA



01

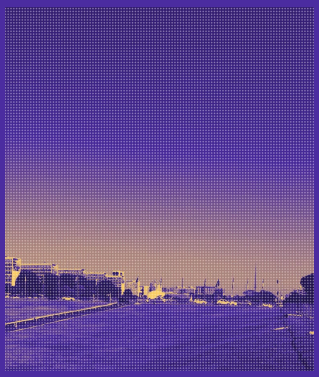
EXPEDIENTE

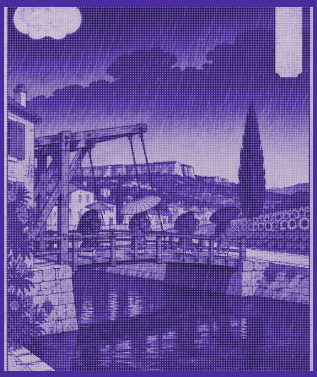
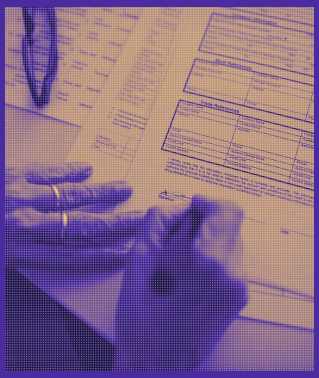
EDIÇÃO	Impresso Nº 01, novembro de 2026. Fechada em 16 de novembro de 2026.
EDITORA-CHEFE	Tainara Bianca.
PRODUÇÃO	William Lacerda.
ESCREVEM	Pablo Murad e Soraya Murad.
PUBLICA	Zine IDEA, a revista do Portal IDEA.
NO SITE	Concursos e vagas ficam no site, atualizados todo dia: zine.portalidea.com.br/concursos e zine.portalidea.com.br/vagas-e--estagios.
IMAGENS	Fotos das matérias, com os créditos na abertura de cada uma; artes das editorias do Zine IDEA; pinturas de noctem.art.
LETRAS	Fraunces, Inter e IBM Plex Mono, sob a SIL Open Font License.
EM CASA	O livreto (zine-idea-impresso-01-livreto.pdf) sai em A4: imprima frente e verso virando pela borda curta, separe os cadernos, dobre e grampeie cada um.

zine.portalidea.com.br/impresso/01

Zine IDEA

Toda semana no site, todo dia 16 no papel.








IMPRESSO Nº 01 · NOVEMBRO DE 2026

ZINE.PORTALIDEA.COM.BR